

18 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

TRE paga R\$ 5,3 milhões em bônus a 41 servidores

Tribunal Eleitoral de São Paulo se antecipou ao STF que, a pedido da AGU, vai julgar se benefício é legal

R\$ 300 mil foi quanto recebeu um servidor, de uma só vez

O Tribunal Regional Eleitoral de SP pagou R\$ 5,34 milhões a título de vantagem pessoal a 41 funcionários administrativos em dezembro de 2012, informam os repórteres **Fausto Macedo** e **Fernando Gallo**. Os dez primeiros da lista embolsaram quantias superiores a R\$ 200 mil. A corte decidiu pagá-los mesmo sem que o Supremo Tribunal Federal tenha chegado a entendimento sobre a legalidade do pagamento, contestado pela Advocacia-Geral da União. O TRE alega que a verba liberada no fim do ano teve respaldo em acórdão da própria corte. O tribunal informou que a vantagem foi paga a servidores que exerceram funções comissionadas entre 1998 e 2001. Pelo exercício do cargo de confiança, teriam direito a gratificação.

18 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Cofre aberto. Dados publicados em site oficial mostram que, em dezembro, tribunal liberou verba a título de quitar dívida com quem ocupou cargo de confiança de 1998 a 2001, embora direito ao quinto esteja em discussão no STF; maior contemplado ganhou R\$ 300 mil

No último mês de 2012, TRE paulista paga R\$ 5,3 milhões para 41 servidores

**Fausto Macedo
Fernando Gallo**

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo abriu os cofres e pagou R\$ 5,34 milhões a um grupo de 41 servidores – todos funcionários administrativos – em dezembro de 2012. O mais bem afortunado, Dogival dos Santos Hipólito, secretário judiciário, levou de uma só vez R\$ 300.089,55 a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). Os dados estão disponíveis no site do tribunal.

O TRE informou que a verba de fim de ano – liberada a toque de caixa enquanto cresce a fila de precatórios – teve respaldo em acórdão da própria corte, relatado em votação unânime no dia 8 de novembro.

O tribunal alega que a VPNI foi paga a servidores efetivos que exerceram funções comissionadas entre 1998 e 2001. Pelo exercício do cargo de confiança, teriam direito a uma gratificação denominada quinto. A cada ano no exercício da função, eles fariam jus à incorporação, em seus subsídios, de uma quinta parte do adicional. Os servidores agora contemplados com os R\$ 5,34 milhões – valor corrigido com ju-

ros de mora – alegaram não ter recebido a VPNI, e por isso apleitearam perante o próprio tribunal.

A corte decidiu pagá-los mesmo sem que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha pacificado um entendimento sobre a legalidade do pagamento dessa verba, contestada judicialmente pela Advocacia-Geral da União.

Segundo o tribunal paulista, os recursos foram disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os valores liberados não incluem os vencimentos normais. Não há magistrados entre os que receberam a VPNI.

Os dez primeiros da lista embolsaram quantias acima de R\$ 200 mil. Juntos, eles receberam R\$ 2,35 milhões, ou quase a metade do montante recebido por todo o elenco de funcionários. Entre os 41 agraciados estão oito servidores inativos, que receberam ao todo R\$ 664.890,76. Entre eles, o que recebeu mais viu entrar em sua conta um total de R\$ 105.104,20.

Ranking. Todos os 41 servidores são funcionários de carreira. Alguns ocupam cargos de confiança. Cláudia Cistolo Pereira Pinto, chefe de cartório da 258.^a zona eleitoral (Indianópolis) embolsou R\$ 292.264. É a segunda do ranking. A terceira, Simo-

ne Ursulino Figueiredo Branca-lhão, chefe de cartório da 4.^a zona eleitoral (Mooca), recebeu R\$ 253.244 – em novembro, ela havia recebido R\$ 23.418 e, em outubro, R\$ 10.421,52.

O quarto colocado da lista é Willians Arrais Dutra, chefe de cartório da 249.^a zona eleitoral (Santana), que ganhou R\$ 245.170 – em outubro, ele recebeu R\$ 7.925,15. Em seguida aparece Elaine Aparecida Barbosa de Souza Dias, funcionária da assessoria de Planejamento, com R\$ 224.229. Em novembro ela havia recebido R\$ 18.151, e, em outubro, R\$ 10.148,08.

A secretária de Administração de Material, Rhodes Moraes Lambert, ficou com R\$ 206.683,25, enquanto a diretora-geral do TRE, Jade Almeida Prometti, recebeu R\$ 142.582.

Entre os servidores do tribunal que não ganharam nenhuma verba eventual, o comentário geral é que os contemplados receberam “valores lotéricos”.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 FEV 2013

Imbróglio. Os tais quintos desse imbróglio judicial eram uma vantagem prevista no Estatuto do Funcionalismo (Lei 8.112/90), artigo 62. A norma previa expressamente que, a cada ano de permanência em um cargo de confiança, o servidor recebia e incorporava a seu salário 20% do valor de gratificação.

A vantagem durou pouco. Em seu governo, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) extinguiu-a por força da Lei 9.624, de abril de 1998. Quem já havia recebido o benefício ficou com ele, na linha do direito adquirido.

Em 2001, a Medida Provisória 2.225 definiu que aquela extinta vantagem prevista no artigo 62 do estatuto se transformou em VPNI. A partir daí, em todo o País o Poder Judiciário interpretou a seu modo que os quintos poderiam ser pagos em "valor cheio", ou seja, a gratificação incorporada totalmente, não mais parceladamente.

Em 2003, o Tribunal de Contas da União (TCU) decretou a ilegalidade da benesse, mas dispensou os funcionários de devolver o dinheiro já recebido.

Contra essa decisão do TCU, que permitiu a incorporação da gratificação dos quintos até setembro de 2001, a Advocacia-Geral da União recorreu ao STF, com mandado de segurança.

O Supremo ainda não julgou o caso, mas o TRE paulista não perdeu tempo. Mandou pagar seu pessoal amparado no conceito de que os tribunais têm autonomia administrativa, prevista no artigo 99 da Constituição.

Diversos órgãos públicos País afora tradicionalmente utilizam no último mês do ano suas sobras orçamentárias para não ter de devolvê-las ao Tesouro. Geralmente, destinam as verbas aos holerites de seus servidores.

Hora extra. Em janeiro, o TSE exonerou dois funcionários, entre eles seu diretor-geral, após a divulgação da informação de que o tribunal pagou verbas milionárias em horas extras a seus funcionários. Só em novembro,

567 servidores receberam um total de R\$ 3,8 milhões – o mais beneficiado embolsou R\$ 64 mil. O episódio provocou a irritação da presidente da corte máxima da Justiça Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, que ordenou investigação do caso.

O acréscimo médio no salário dos 50 servidores do TSE que mais receberam foi de R\$ 18,1 mil. Levados em conta apenas os dez mais bem remunerados, o valor foi de R\$ 23,8 mil. No caso do TRE paulista, os 41 servidores tiveram um adicional médio da ordem de R\$ 130,6 mil em seus vencimentos. Os dez mais "ricos" receberam um extra que, na média, é de R\$ 235,6 mil.

VERBAS EVENTUAIS

41 servidores

receberam, em dezembro de 2012, um total de **R\$ 5.354.680,00** em verbas eventuais; **8 beneficiados são inativos**

R\$ 664.890,76

É o total recebido pelos **8 servidores inativos**

R\$ 105.104,20

Embolsou o inativo que mais recebeu

AS 5 MAIORES VERBAS PARA SERVIDORES ATIVOS

R\$ 300.089,55

R\$ 292.264,03

R\$ 253.243,97

R\$ 245.170,33

R\$ 224.229,23

• **Quintos multiplicados**

R\$ 50 mil

Todos os servidores receberam pagamento acima desse valor

R\$ 300.089,55

É a maior verba individual paga pelo tribunal a um servidor

R\$ 130.601,95

É o valor médio que receberam os servidores contemplados com a verba extra

CONTINUA

18 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Forma de publicar dados contraria

Lei de Acesso

● A divulgação por parte do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) das verbas eventuais recebidas por seus servidores – além do salário propriamente dito – é um avanço em relação à transparência, mas está em desacordo com o princípio dos “dados abertos”, um dos itens principais da modernização da administração pública. A corte publicou os dados em um formato dito “fechado”: o JPEG, usado em fotografias digitais.

Por tratar-se de uma imagem, os números ali contidos – milhares, tanto que foram divididos em 12 arquivos – não podem ser manipulados. Não é possível somá-los nem hierarquizá-los eletronicamente, o que torna mais difícil e demorado, por exemplo, saber quem foi o servidor que mais recebeu verbas eventuais, ou qual deles tem o maior salário. O problema não ocorreria se os dados fossem publicados em formatos chamados de “abertos”, como o de planilha.

Documentos como esse publicado pelo TRE sempre são gerados em formato de planilha, mas muitos órgãos públicos, na hora de colocá-los na internet, colocam em formatos fechados – outro muito comum é o PDF – justamente para dificultar o manuseio dos dados. O governo paulista, por exemplo, fez isso quando passou a publicar os seus salários. Foi obrigado a divulgar os dados também em formato aberto depois que hackers entraram no sistema eletrônico e os replicaram em outra página em formato de planilha.

Esse “truque” de publicar os dados em formato fechado contraria a Lei de Acesso à Informação, que diz que sites oficiais devem “possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina”.

CONTINUA

18 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Tribunal afirma que funcionários têm direito a benefício

Corte diz ter respaldo de órgãos técnicos para liberar pagamentos; decisão foi aprovada por unanimidade

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo afirmou que o pagamento da verba intitulada Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) contempla um direito de seus funcionários que não incorporaram ao salário uma gratificação a que faziam jus por terem ocupado cargos de confiança 15 anos atrás. “Foi uma decisão do tribunal que reconheceu um direito devido aos servidores que remonta a 1998, após pareceres favoráveis dos órgãos técnicos.”

Por meio da Assessoria de Comunicação do TRE, os servidores afirmaram: “O requerimento não foi nosso e a decisão foi entendida a todos os servidores que estavam na mesma situação, uma vez que o TRE tinha disponibilidade orçamentária”.

A decisão que concede os R\$ 5,34 milhões ao grupo dos 41 acolheu a representação 2.591 da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE. A demanda, dita de interesse de “servidores não optantes pelo cargo”, tratou da revisão do critério para cálculo e correspondente pagamento da VPNI para aquele período de 1997 a 2003. Invocou-se o “princípio da isonomia” com outros tribunais.

O acórdão do TRE-SP, de 8 de novembro, foi relatado pela juíza Clarissa Bernardo. Ela votou “pelo acolhimento da manifestação da Assessoria Jurídica”. O julgamento teve participação dos desembargadores Alceu Penteado Navarro, presidente da corte eleitoral, Mathias Coltro, vice-presidente, Marli Ferreira e dos juízes Paulo Hamilton, Paulo Galizia e Encinas Manfré.

“Como devido respeito às opiniões contrárias, a solução que melhor se coadunava com os princípios da isonomia, da segurança jurídica e da boa-fé, bem como com a legislação civil, era o simples pagamento da diferença entre a VPNI paga aos servidores e a VPNI devida, acompanhando-se o posicionamento da Coordenadoria de Análises Técnicas, ratificado pela Secretaria de Gestão de Pessoas”, assinou a Assessoria Jurídica.

Também pesou parecer da Coordenadoria de Análises Técnicas. “Pleiteiam os servidores, em suma, que ‘os valores devidos a título de quintos não sofram descontos originados de outros créditos oriundos de institutos distintos’, fundamentando seu pedido no princípio constitucional da isonomia. Trata-se, pois, de argumento novo apto a viabilizar a revisão/reconsideração.” A decisão do TRE faz menção a um acórdão anterior, de 2007, da própria corte.

A relatora ponderou. “Nesta oportunidade, buscam os servidores a revisão da forma de cálculo do pagamento do referido benefício, sob alegação de que o entendimento aplicado por esta Corte, no referido acórdão, é isolado, quando comparado com os demais tribunais federais, o que fere o princípio da isonomia. Assim, de acordo com os pareceres, verifica-se que deve ser deferido o pedido ora em exame.”

Clarissa citou pareceres da Assessoria Técnica e da Diretoria-Geral no sentido de que a constitucionalidade da incorporação de quinto entre 1998 e 2001 “está em julgamento no STF por meio do recurso extraordinário 638.115, da relatoria do ministro Gilmar Mendes”.

Cartas de Gil Rugai serão lidas no júri

Correspondências com avó vão ser usadas por defesa de acusado de matar pai e madrasta

Cartas escritas por Gil Rugai e por sua avó paterna Odette Corona Rugai, já morta, virão a público como parte da estratégia da defesa para o julgamento do estudante acusado de matar o pai e a madrasta há quase nove anos. O crime aconteceu na mansão onde o casal morava, em Perdizes, na zona oeste de São Paulo. Segundo o Ministério Público, nenhuma tentativa vai convencer os jurados da inocência.

Parte do material foi cedido ao Estado pelos advogados Thiago Gomes Anastácio e Marcelo Feller, responsáveis pela defesa de Gil. O júri está previsto para começar amanhã. As cartas revelariam a dor da família e as saudades de Luiz Carlos Rugai, de 40 anos, morto a tiros ao lado da mulher Alessandra de Fátima Troitino, de 33, em 28 de março de 2004. Ambos foram atingidos pelas costas.

Segundo a denúncia, o estudante de Teologia que sonhava em ser padre matou o casal por dinheiro. A acusação sustenta que o motivo do crime foi a descoberta por Luiz Carlos de um desfalque de R\$ 150 mil na produtora de vídeo da família. Gil seria o responsável e premeditou o duplo homicídio de forma "fria e calculista".

Perfil que uma das cartas, escrita pelo próprio acusado, tenta

desmontar. Quando ficou preso no Centro de Detenção Provisória (CDP) do Belém, na zona leste, dias após o crime, Gil relata a dor em saber que nunca mais poderá ver o pai, o homem que mais amava e a quem chama na correspondência de "guia".

Ele deixou o presídio em 18 de abril de 2006.

Religiosa, Odette procura confortar o neto com citações bíblicas e palavras de carinho. E pede perdão por não ter forças para visitá-lo na cadeia, citando a saúde que sente do filho.

Nas três correspondências obtidas pela reportagem, a avó não fala sobre o crime, apenas diz que ama o neto e reza por ele.

A defesa do acusado não informou as datas exatas das correspondências, mas pelo conteúdo estima-se que elas tenham sido escritas entre abril de 2004 e abril de 2005.

Pacato. Aos 29 anos, Gil Rugai leva uma vida pacata, ao lado da avó materna, que sofre de Mal de Alzheimer, em uma casa no bairro de Perdizes. Não trabalha nem estuda formalmente. Todas as tentativas de cursar uma faculdade foram frustradas. Em 2008, mudou-se para a cidade gaúcha de Santa Maria para prestar vestibular – a decisão lhe rendeu nova prisão, já que não a Justiça não foi consultada.

Atualmente, o estudante cumpre apenas compromissos religiosos. Vai à missa quase todos os dias e mantém contato só com familiares.

A mãe, Maristela Greco, acompanha de perto os últimos dias do filho antes do julgamento e aposta na participação do caçula, Leonardo, para ajudar a convencer os jurados da inocência de Gil.

Para a Promotoria e a Polícia Civil não há possibilidade de o acusado sair do banco dos réus absolvido. A acusação afirma que as provas colhidas durante o processo colocam o estudante na cena do crime. Na denúncia, Gil Rugai matou o pai e a madrasta com sua própria arma após premeditar o crime.

Acusado ficou 29 meses preso

A polícia passa a suspeitar de Gil Rugai, com 20 anos na época, após um vigia da rua dizer tê-lo visto sair da casa do pai na noite do crime. Nenhuma fechadura foi arrombada.

As suspeitas aumentam quando a perícia constata marca de sapato na porta da sala onde Luiz Carlos Rugai teria se escondido. O pé seria compatível com o sapato de Gil, que, ao todo, já passou 2 anos e cinco meses na prisão.

A denúncia ainda cita que a arma do crime foi encontrada na caixa de esgoto do prédio onde o acusado tinha um escritório. Ele nega participação no crime.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 FEV 2013

AS CARTAS

● Trecho de correspondência escrita por Gil Rugai

“Hoje minha conta de esperança na providência atingiu o limite

do nada. Foi hoje que percebi que o homem que mais amava nesta vida não poderá vir me ver aqui neste antro de desumanidade. Ele não poderá vir hoje nem amanhã nem depois nem nunca. É agora que percebo quanta falta faz aquele que pareceu sempre junto, às vezes chegava quase que a fazer parte intrínseca a mim.

E esta parte que me amparava e acolhia, não agora, mas há dias me foi rudemente arrancada, dilacerada deste ser que agora é só parte de um todo. Começo a pensar que junto daquelas côroas floridas também fui sepultado. Creio que o Gil, o garoto que de todas as formas e maneiras se esforçou e lutou para agradar e seguir um grande homem, acho que ele está a enforçar-se neste misto de dor e revolta.

Te mo por um instante que talvez não metade, mas a

melhor parte de mim esteja a se apagar junto com a luz daquele que me era guia. Desde pequeno, papai sempre me ensinou a ser forte e não demonstrar fraqueza, mas também a saber pedir ajuda.”

Ainda com esperança e fé, Gil Rugai.

● Parte de cartas enviadas pela avó de Gil

“Parabéns pelo seu aniversário. O meu pre-

sente foi mandar celebrar uma missa pedindo a Deus que você continue com muita fé e coragem.”

“Hoje mandei celebrar missa pela alma do meu querido filho e Alessandra, e também em sua intenção e libertação. Continue firme. Um beijo e aquele abraço bem apertado. Deus te ama e eu também!”

CRONOLOGIA

Julgamento foi adiado 2 vezes

28 de março de 2004

O empresário Luiz Carlos Rugai e a mulher, Alessandra Fátima Troitino, são achados mortos em casa de Perdizes.

5 de abril de 2004

Anunciado desfalque de R\$ 150 mil na produtora – Gil é suspeito. Ele se entrega no dia seguinte, nega o crime, mas passa dois anos preso.

10 de fevereiro de 2009

Preso novamente no fim de 2008, Gil Rugai obtém habeas corpus do STJ e passa a aguardar o julgamento, que já foi adiado duas vezes, em liberdade.

17 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

FRASE

"Não podemos ter
privilégios. Como
um juiz pode julgar
os outros se ele tem
uma vida diferente?"

ELIANA CALMON, ministra e
vice-presidente do STJ, defendendo
o fim das férias de 60 dias para juizes

16 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Promotores investigam esquema no Fisco paulista

Ministério Público Estadual instaura
inquéritos nas áreas civil e criminal

O Ministério Público Estadual abriu duas frentes de investigação para identificar todos os envolvidos e o alcance de um esquema de corrupção que, segundo a Polícia Federal, se infiltrou na Secretaria da Fazenda de São Paulo entre 2009 e final de 2012. Um inquérito civil, da Promotoria do Patrimônio Público e Social, vai apurar o escândalo com base na Lei de Improbidade. O outro procedimento tem caráter criminal e será conduzido pelos promotores do Gedec, grupo de recuperação de ativos, repressão a delitos contra a ordem econômica e formação de cartel.

A base da investigação é o inquérito da Operação Lava Rápido, desencadeada pela PF em novembro. Nove suspeitos foram indiciados, dos quais três empresários que encomendavam o roubo de processos fiscais e autos de infração de pessoas jurídicas.

Quatro servidoras da Fazenda foram enquadradas: Cleiresmar Machado, Maria Rodrigues dos Anjos, Sylvania Felipe Denise Alves dos Santos – as duas primeiras já foram exoneradas. A Fazenda foi decisiva para o êxito da investigação. Desde o início está colaborando com a PF.

As servidoras tinham a incumbência de sumir com a documentação em troca de propinas em espécie. Chegavam a receber até R\$ 40 mil por encomenda atendi-

da. A PF, elas citaram em depoimento suposta omissão de juízes do Tribunal de Impostos e Taxas – alguns dos quais as contemplavam com “agrados” em dinheiro –, que não teriam tomado nenhuma providência ao serem alertados sobre a subtração de documentos fiscais.

Os juízes que compõem o quadro do TIT podem ser representantes da Fazenda ou dos contribuintes. Juízes servidores públicos são indicados pela Fazenda e pela Procuradoria-Geral do Estado. Os que representam contribuintes são indicados por entidades de diversos setores envolvidos com a tributação estadual.

Bloqueio. As duas investigações do Ministério Público miram todo o raio de ação e relacionamentos das servidoras. A Promotoria do Patrimônio poderá requerer o bloqueio de bens dos suspeitos. “Os fatos apontados são gravíssimos”, avalia inicialmente o promotor Saad Mazloum, especialista em ações contra a improbidade.

Os promotores do Gedec poderão pedir a quebra de sigilo bancário e fiscal para rastrear o percurso de valores ilícitos.

Os empresários sob investigação – Antônio Honorato Bergamo, Antonio Carlos Balbi e Wagner Renato Oliveira – já foram denunciados pela Procuradoria da República e são réus em ação penal aberta pelo juiz Márcio Ferro Catapani, da 2.^a Vara Cri-

minal Federal. A denúncia foi feita pela procuradora Karen Louise Kahn. Na avaliação da procuradora, as provas reunidas pela PF revelam que os acusados “operavam um verdadeiro nascedouro de empresas de fachada”.

Karen pede a condenação dos empresários por crimes contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, evasão de divisas e falsidade ideológica. O grupo, que se utilizou até de uma igreja de fachada e mais de 100 empresas fantasmas, movimentou montante superior a R\$ 500 milhões.

Em relação à prática dos crimes de subtração de procedimentos fiscais da Secretaria da Fazenda, o Ministério Público Estadual ingressou no caso a partir do compartilhamento de provas da Lava Rápido.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Operação Lava Rápido

Durante cerca de um ano, a Delegacia de Combate a Crimes Financeiros da Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República em São Paulo investigaram a ação de um grupo de empresários envolvidos em esquema de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. A PF e a Procuradoria descobriram que os suspeitos mantinham parceria com servidoras da Fazenda, que recebiam propinas para dar sumiço em procedimentos.

Elas retiravam os volumes em sacolas e mochilas. A PF comunicou a Fazenda sobre 36 processos que teriam sido desviados. A Secretaria informou que os processos podem ser integralmente restaurados, já que se encontram armazenados nos sistemas informatizados da pasta.

Hospital Albert Einstein era alvo de grupo, diz polícia

● A Operação Lava Rápido revela que a quadrilha que roubava processos da Secretaria da Fazenda mirava o Hospital Albert Einstein, autuado em R\$ 3,27 milhões. O auto de infração e imposição de multa 139.911-3, de 11 de novembro de 2010, foi encontrado no escritório de Wagner Renato Oliveira, integrante da organização criminosa.

A PF suspeita que o grupo pretendia fazer contato com empresas que sofreram pesadas sanções e oferecer os 'serviços' de redução de valores ou até eliminação total dos processos. A quadrilha não chegou a procurar o hospital. A direção da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein informou que não tem nenhuma relação com Oliveira, "aliás desconhece quem seja esta pessoa e não contratou seus serviços". O Einstein destaca que "não faz ideia" de como o auto de infração foi parar no escritório da organização e entende que sofreu violação de sigilo fiscal.

O Einstein informa, ainda, que o auto "diz respeito à falta de recolhimento de ICMS sobre a importação de mercadorias, tributo ao qual a Sociedade Beneficente é imune". "A Sociedade se defende com transparência, havendo regular e pública tramitação judicial das medidas de defesa. O Einstein detém imunidade tributária. Ao importar produtos, não se torna devedor de Imposto de Importação nem de ICMS no desembaraço de mercadorias. Apesar da imunidade, às vezes ocorrem exigências indevidas. Para desembaraçar as mercadorias, o Einstein impetrou mandado de segurança, liminarmente concedido. Embora não pudesse impedir o desembaraço, a Fazenda lavrou a autuação. O Einstein vem se defendendo no Tribunal de Justiça e entende que o prognóstico é favorável à defesa."

16 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Livro sobre sindicalismo causa polêmica

O Tribunal de Justiça de São Paulo cassou ontem liminar de um juiz de Sorocaba que proibia a venda e distribuição do livro *Companheiros – A Hora e a Vez dos Metalúrgicos de Sorocaba*, que conta a história do sindicalista Wilson Fernando da Silva, o *Bolinha*. O livro tem apresentação inicial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Escrito pelo jornalista Carlos Araújo, ele conta a trajetória do sindicalista, morto em 2008 – que foi colega de Lula e o ajudou a organizar a Central Única dos Trabalhadores na região.

A liminar contra o livro, dada no final de dezembro, estipulava multa de R\$ 1 mil por exemplar vendido ou distribuído e de R\$ 10 mil para cada ato visando à divulgação do livro. O juiz da 3ª Vara Cível de Sorocaba atendia a um pedido de uma das filhas de “Bolinha”, Daniela Silva Fernandes, para quem o texto feria a memória de seu pai. A mãe e dois irmãos de Daniela não a acompanharam na ação.

O relator do TJ, desembargador Flávio Abramovici, entendeu que o pedido não procedia. A ação aguarda ainda o julgamento do mérito. Estão citados o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, que patrocinou a obra, e a editora Loja de Ideias. O livro narra 40 anos de luta sindical na cidade e a participação de Lula no processo que levou *Bolinha* à presidência daquele sindicato.

Justiça condena veterinária a pagar indenização de R\$ 11 mil por morte de cão

A Justiça condenou uma veterinária pela morte do poodle Fred, de 5 anos, após ele ser submetido a um procedimento de limpeza de tártaro nos dentes, em clínica veterinária de Amparo, no interior de São Paulo. A veterinária Kátia Pereira Michellini, de 46 anos, foi sentenciada em primeira instância a pagar indenização de R\$ 11,1 mil para os donos do cachorro por negligência. A condenação, que cabe recurso em primeiro e segundo grau, apontou que a veterinária deveria ter exigido exames de hemograma do poodle, antes de aplicar a anestesia geral, durante o procedimento de tartarectomia. O cão morreu em agosto de 2011, mas os donos entraram com a ação contra a clínica Au Au Miau seis meses depois.

CAMPINAS

Por racismo, Defensoria processará policial e PM

A Defensoria Pública de São Paulo entrará com processo de discriminação contra a Polícia Militar na Secretaria de Justiça e pedido de inquérito policial por racismo contra o capitão Ubiratan Beneducci. Em dezembro, ele ordenou que policiais abordassem pardos e negros para localizar ladrões em Campinas. Segundo a PM, a ordem foi dada com base em descrições dos suspeitos feitas por vítimas.

16 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Vale é processada no Maranhão

O Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA) entrou com uma ação civil pública contra a Vale. Alegando violações a regras ambientais e de segurança do trabalho, os procuradores pedem uma indenização de R\$ 37,8 milhões à mineradora por dano moral coletivo.

Em comunicado, o MPT diz que investiga a Vale de desde 2007 e já instaurou seis inquéritos civis para apurar denúncias de “irregularidades e acidentes de trabalho que resultaram na morte de cinco funcionários”. A ação corre na 7.ª Vara do Trabalho de São Luís.

Em nota, a Vale informa que “já apresentou todos os argumentos e documentos que demonstram o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, bem como as boas práticas adotadas para eliminação de ocorrência de acidentes”. A mineradora afirma que prioriza a saúde e segurança de seus funcionários, e contratados.

SÔNIA RACY

Data venia

Cada juiz do TJ-SP – o maior do País – dá oito sentenças por dia. São 3,5 milhões por ano. E mais: um milhão de processos deixam de ser julgados anualmente e vão parar no estoque.

Os dados fazem parte do Anuário da Justiça SP 2013, que será lançado na próxima quarta – na sede do tribunal.

16 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

As contas da Justiça do Trabalho

Alegando que o Executivo e o Legislativo estariam desrespeitando a norma constitucional que determina a revisão dos salários do Judiciário, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) denunciou o Brasil à Corte Interamericana de Direitos Humanos por omissão legislativa “grave e iterativa”. Para a entidade, ao se negarem a conceder reajustes anuais aos juízes trabalhistas, o Congresso e o Palácio do Planalto estariam “violando a independência remuneratória” da magistratura e a “mínima liberdade orçamentária” da Justiça do Trabalho. Segundo a Anamatra, entre 2006 e 2012 o poder de compra dos vencimentos dos juízes teria sofrido perda de 25%.

Na denúncia, que tem 95 páginas, a entidade afirma que, ao se recusar a recompor as perdas causadas pela inflação nos salários dos juízes trabalhistas, o governo brasileiro estaria comprometendo a vida pessoal e familiar dos integrantes da categoria. A entidade alega ainda que tentou reverter a situação no STF, impetrando mandados de injunção para assegurar “uma política remuneratória mais consistente para o Poder Judiciário”, mas esses recursos até hoje não foram julgados, por causa da “excessiva morosidade” da Corte.

Segundo a denúncia, os ministros do STF não têm vontade nem determinação política de julgar os mandados de injun-

ção por temerem “uma possível crise institucional entre os poderes da República”. Para a Anamatra, só a intervenção de um organismo internacional – como a Corte Interamericana dos Direitos Humanos – asseguraria “impessoalidade” à discussão e evitaria uma “crise republicana”. Especialistas em direito internacional afirmam que a iniciativa da Anamatra carece de fundamento normativo – até porque a Corte Interamericana de Direitos Humanos não poderia passar por cima da soberania brasileira, caso seus juízes acolham a denúncia.

Mas o problema não é jurídico nem político. É, isto, sim, de caráter moral. Afinal, os juízes que recorrem a uma justiça internacional não conseguem acertar com lisura as próprias contas. Uma semana antes de acusar o governo de não respeitar a Constituição, o Tribunal de Contas da União (TCU) proibiu os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) de depositarem R\$ 818,9 milhões nas contas de seus servidores, a título de pagamento de benefícios retroativos. Entre outras irregularidades, a auditoria do TCU descobriu que os TRTs fizeram cálculos equivocados, pagando aos seus magistrados o dobro da quantia de fato devida.

As investigações do TCU sobre o descontrole na folha de pagamentos dos TRTs começaram há cerca de três anos. Pressionado, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho admitiu que os TRTs exorbitaram no cálculo dos juros e nas alíquo-

tas de correção monetária, calculando em R\$ 2,4 bilhões uma dívida que não passava de R\$ 1,2 bilhão. Como até agora já foi pago R\$ 1,5 bilhão, segundo reportagem do **Estadão**, o TCU quer que os juízes trabalhistas devolvam a diferença.

Além dos cálculos equivocados e da morosidade com que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho enviou as informações solicitadas, o TCU suspeita de outras irregularidades. Uma delas diz respeito aos critérios utilizados pelos TRTs para incorporar o auxílio-moradia e o adicional de tempo de serviço aos salários dos juízes trabalhistas. Esses dois benefícios custaram cerca de R\$ 957 milhões aos cofres públicos. Outras irregularidades envolvem a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, sigla que abarca outros benefícios, e o cálculo do “abate teto”, corte obrigatório de valores que excedem o teto do funcionalismo, no valor de R\$ 28 mil. Em alguns TRTs, o TCU também descobriu servidores judiciais já falecidos que estariam recebendo “extras”.

Diante da gravidade do que foi apurado pelo TCU, que autoridade moral têm os juízes trabalhistas para bater nas portas da Corte Interamericana de Direitos Humanos? Ou para se opor à proibição de patrocínio de empresas privadas a entidades da magistrados, que vem sendo estudada pelo Conselho Nacional de Justiça, e ao fim das férias de 60 dias dos juízes, medida proposta pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa?

16 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DO LEITOR

JUSTIÇA DO TRABALHO. Anamatra contesta

Sobre a reportagem TCU *descobre 'farra dos benefícios' em tribunais trabalhistas e barra repasses* (9/2), como presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), esclareço: 1) Os pagamentos feitos aos juizes do Trabalho são decorrentes de uma dívida do período de 1994 a 1997, expressamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Advocacia-Geral da União. A dívida referida na matéria jornalística foi recebida integralmente pelo Ministério Público da União, por muitos Tribunais de Justiça e por todos os Tribunais Superiores – inclusive o próprio Tribunal de Contas da União (TCU). Apenas os juizes do Trabalho de primeiro e segundo graus estão recebendo a dívida de forma parcelada em quatro pagamento anuais, tendo sido já pagas três parcelas. 2) A forma parcelada de recebimento e a mudança no critério de atualização levaram a pequenas variações nos cálculos, todos já refeitos e regulares, sempre em respeito às fiscalizações ordinárias que o TCU e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho fazem nos Tribunais Regionais (TRTs). 3) Assim, os juizes do Trabalho rejeitam qualquer irregularidade geral no recebimento da dívida, que, repita-se, é dos anos 90 e nem sequer foi completamente quitada pela União.

RENATO HENRY SANT'ANNA,
juiz do Trabalho, presidente
da Anamatra

N. da R. - A reportagem baseou-se nas conclusões de relatório do TCU que reitera as irregularidades no cálculo do passivo trabalhista de magistrados e servidores. A legitimidade da dívida não foi objeto das auditorias, tampouco o valor do seu principal. As falhas apontadas são relacionadas à aplicação de percentuais de correção monetária e juros sobre o principal (conforme o tipo de benefício, foi usado índice de atualização 100% superior). O TCU aguarda o envio de informações pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o que permitirá apurar, especificamente em cada TRT, eventuais irregularidades e o montante pago a mais.

16 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Roubo de armas é 'ação especializada'

Fórum de Jandaia do Sul foi invadido na madrugada de quinta-feira e cofres foram arrombados

Lúcio Flávio Moura

Reportagem Local

Jandaia do Sul – A Polícia Civil está investigando o furto de 19 armas de fogo levadas em um arrombamento no Fórum de Jandaia do Sul (Região Metropolitana de Maringá) na madrugada de quinta-feira. O delegado Ítalo Cesar Sêga disse que ainda não tem pistas sobre a quadrilha responsável pela ação.

“As únicas suspeitas é que os invasores não são da cidade, apesar de conhecerem muito bem as dependências do fórum e de saberem onde as armas estavam”, disse.

Conforme relato do escrivão criminal Adalberto Antunes Araújo, os invasores arrebentaram uma janela e logo depois teriam fechado a porta da sala que abrigava os cofres para evitar que um sensor acionasse o alarme. “Estimo que pelo menos quatro pessoas participaram do furto porque os cofres são muito pesados e fo-

ram deslocados dentro da sala”, disse o escrivão. A invasão ocorreu nos fundos do anexo do prédio, que não dispõe de câmeras de monitoramento.

O delegado afirmou que não há informações sobre testemunhas. “Eles aparentemente escolheram uma madrugada muito chuvosa para não chamar a atenção da vizinhança”, acredita Sêga.

Nos três cofres arrombados, havia armas usadas em assaltos e homicídios. Foram levados nove revólveres calibre 38, cinco revólveres calibre 32, um revólver calibre 22, uma pistola 380, uma pistola 9mm, uma pistola 765 e uma espingarda. Os números da série que identificam as armas foram enviadas ao Departamento de Polícia do Interior (DPI) para que outros delegados ajudem a investigação.

A polícia trabalha com algumas hipóteses. Uma delas é que os invasores seriam de uma quadrilha que já atacou outros fóruns no Estado no ano passado, em Peabiru (Centro-Oeste) e Colombo (Região Metropolitana de Curitiba). Nas duas ações, foram levadas 328 armas.

Outra hipótese é que os invasores pertençam a quadrilhas especializadas em arrombamentos de caixas eletrônicos. “As ferramentas que eles usaram são exatamente as mesmas que já encontramos em furtos deste tipo”, afirmou o delegado.

Para apurar o caso que assustou a cidade e que mostrou a fragilidade da estrutura do Judiciário, a polícia enfrenta suas próprias deficiências.

Com a cadeia superlotada - são 65 presos em um espaço de 18 lugares, a equipe de investigadores é ocupada quase que totalmente para demandas na carceragem. Apenas um investigador acompanha o delegado nas diligências. Além disso, Sêga está sobrecarregado, já que está respondendo por oito municípios.

Enquanto isso, no Fórum, o juiz e diretor João Gustavo Stolsis deve insistir junto ao Tribunal de Justiça (TJ) por verbas para melhorar a segurança do prédio. De acordo com o escrivão criminal Araújo, falta espaço na atual sede, construída em 1964 e que tem um anexo entregue em 2004. Haveria ainda um projeto para a construção de uma nova sede do Judiciário no município.

Procurada pela FOLHA, a assessoria de comunicação do TJ não soube informar se há mesmo planos de remodelação no Fórum de Jandaia do Sul. Já o Departamento de Policiamento do Interior disse que só vai prestar informações sobre as investigações do caso na segunda-feira.

16 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Rossoni replica

Quando da briga no Legislativo sobre as custas judiciais, o presidente da Casa, Valdir Rossoni, afirmou que um estudo analógico entre as aqui cobradas e as de outras unidades federativas mostrava que as nossas eram maiores. Agora apareceu um trabalho jornalístico, logo encampado pela entidade nacional dos cartorários, a Anoreg, indicando que as nossas custas seriam as menores do sul do país.

Como já se esperava uma prensa do Poder Judiciário, no sentido da revisão, o que ficou claro em pronunciamento crítico e firme do novo presidente do TJ, desembargador Clayton Camargo, é esperado que Rossoni faça uma retificação do seu pronunciamento ou o confirme.

Assunto de notário dá trocadilho: é sempre notório. Como o é a posição da OAB sempre contra a elevação das custas, posição histórica, nunca histórica.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

16 FEV 2013

Dinheiro devido

Caiu para R\$ 160 milhões a dívida do governo estadual com a CR Almeida, empreiteira com contratos nas áreas da construção civil, concessões rodoviárias, logística e indústria química. É a segunda redução obtida pelo Paraná na mesma matéria, referente ao trecho ferroviário entre Ponta Grossa e Apucarana, de 319 km, finalizada na década de 1970: A empreiteira originalmente pedia R\$ 20 bilhões de indenização, por dificuldades no recebimento do valor contratado à época, mas a conta caiu para R\$ 2 bilhões no governo Requião (PMDB) e agora, com Beto Richa (PSDB), para R\$ 160 milhões. Decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

INFORME

Nepotismo

O Ministério Público (MP) do Paraná está investigando o prefeito de Almirante Tamandaré (Região Metropolitana de Curitiba), Aldnei Siqueira (PSD), porque ele nomeou a esposa, o pai e o irmão como secretários municipais. A mulher do prefeito, Angela Siqueira, ficou na chefia da Secretaria de Família e Desenvolvimento Social; o pai do prefeito, Raimundo Prestes Siqueira, ocupa a Secretaria de Obras, e o irmão, Eduardo Henrique Siqueira, é titular da Secretaria do Trabalho. Em nota oficial, o prefeito rebateu as críticas sobre as nomeações. Ele ressalta que a súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, que trata de nepotismo, permite a nomeação de parentes em comandos de secretarias. "O prefeito de Almirante Tamandaré reitera que a conduta adotada nas nomeações obedece estritamente o estabelecido na legislação", finaliza a nota.

MAZZA

Colombo

Apesar de sub-judice, pelo menos os onze vereadores considerados excessivos, todos os vinte e um tomaram posse ontem em Colombo. Bete Pavin, com pompa e circunstância, a prefeita, toma posse dia 18, mas continua como os vereadores em excesso, onze deles, sub-judice, pois foi beneficiada por uma liminar de caráter monocrático do ministro Marco Aurélio.

16 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Rato do Senado 1

Uma sobrinha do presidente do STF, Joaquim Barbosa, e uma colega dela foram demitidas do Senado por compartilharem na rede social Facebook foto de um rato encontrado na gráfica da Casa com a legenda: "E a gente que achou que o único problema aqui fosse o Renan Calheiros". As duas eram estagiárias no Senado. O Senado confirmou a demissão das duas jovens, mas manteve seus nomes em sigilo. Em nota, afirmou: "O Senado agiu de acordo com as normas vigentes ao tomar conhecimento de um ato de indisciplina". O Senado também afirma que as duas postaram as fotos no horário de trabalho "usando ferramentas de trabalho", o que diz ser uma infração às regras de estágio da Casa. O caso foi revelado pelo jornal "Correio Braziliense".

Rato do Senado 2

Ariadina Barbosa Gomes Oliveira é filha de uma irmã do ministro Joaquim Barbosa. Ela estagiava na Secretaria de Recursos Humanos, que fica nas mesmas dependências da gráfica onde o rato foi encontrado. "Decidimos fazer em forma de protesto até porque o lugar está cheio de ratos de verdade", afirmou Laura Meirelles, a outra estagiária. Segundo ela, as fotos foram postadas do celular e não do computador do Senado e no horário de trabalho porque o rato foi encontrado durante o expediente.

16 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Direito de 120 dias para mães adotivas

Decisão do TRF assegura quatro meses de salário-maternidade em casos de adoção, independente da idade da criança

Micaela Orikese

Reportagem Local

Ao longo dos últimos anos, a Lei de Adoção no Brasil tem sofrido mudanças significativas no que diz respeito à simplificação do processo judicial. Porém, dessa vez, a novidade está relacionada ao período de salário-maternidade concedido às mães adotivas.

A decisão é da corte especial do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região (TRF4) em dezembro de 2012, pela inconstitucionalidade da parte final do artigo 71-A da Lei nº 8.213/91, que estabelece diferentes tempos de concessão dependendo da idade da criança (60 dias para crianças entre 1 e 4 anos e de 30 dias entre 4 a 8 anos). A medida é um desdobramento de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público federal (MPF) na Justiça Federal de Santa Catarina, contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em uma publicação da Justiça Federal da TRF4 fica esclarecido que o salário-maternidade e a licença-maternidade atuam de forma conjunta, sob pena de, estando um em descompasso com o outro, a garantia de vir a ser anulada, "em flagrante ofensa à Convenção nº 103 da Organização

Internacional do Trabalho".

Segundo o promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude em Londrina, Márcio Luis Bergantini, o TRF tem assegurado esse direito sob o entendimento que o tratamento dos intervalos diferenciados de licença-maternidade é inconstitucional. Isso porque não se refere somente à questão de recuperação gestacional da mulher, mas o período de ambientação com a criança. "A questão do vínculo entre mãe e filho tem que ser assegurada. A convivência faz o vínculo. É um período importante de adaptação para os dois lados", ressalta.

O advogado londrinense João Felipe Albuquerque, da área trabalhista e de família, explica que a medida é válida em todo o país, já que se trata de uma ação civil pública do MPF. "Com

Medida é importante para aumentar vínculo familiar

isso, toda mãe adotante tem o direito a 120 dias de salário-maternidade, sob multa de R\$ 10 mil por dia ao INSS, caso esse direito não for concedido", afirma Albuquerque, ao apoiar a decisão. "Havia uma discriminação em relação à idade da criança. Esses quatro meses são importantíssimos para criar um elo entre mãe e filho. Essa decisão não é embasada simplesmente no bom senso, mas também em laudos de psiquiatras e psicólogos", salienta.

Acordo

Muito antes da validade de 120 dias de salário-maternidade para casos de adoção, a professora Jaqueline Gomes Massote, sabendo da importância de se dedicar exclusivamente à filha adotiva, fez um acordo no trabalho para se manter em casa por quatro meses. "Eles me concederam três meses e o outro eu tirei de férias. Mas fiquei todo esse tempo sem remuneração, só contando com o salário do meu marido", revela a mãe de Maria Nicole, hoje com 12 anos.

Com a notícia da mudança, Jaqueline comemora. "É muito importante para a criança, mas principalmente para toda família porque é um processo de adaptação que requer dedicação o tempo todo", ressalta.

Nascida prematura, Maria Nicole só pôde sair do hospital aos três meses, quando sua vida ganhou um novo sentido ao lado de Jaqueline e Wilson. Apesar da dificuldade financeira, Jaqueline confessa que poder estar em casa em período integral foi primordial para estruturar a família. "Foi difícil ficar sem salário e com um bebezinho em casa porque eram novos gastos. Mas o mais importante era conhecer aquele bebê", comenta.

Durante este período, Jaqueline aproveitou para adaptar Maria Nicole ao novo ambiente. "Não é um processo simples.

CONTINUA

16 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

No início, a gente percebia que ela não dormia a noite toda. Mudamos de quarto várias vezes até resolvermos voltar ao hospital para falar com a médica que tratou dela. Descobrimos que na UTI ela se acostumou a dormir com as luzes acesas e em absoluto silêncio", lembra Jacqueline, que dois anos após a adoção, engravidou de Maria Luiza, hoje com 8 anos.

16 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Delegado, PM e guarda são presos por extorsão

Trio teria ameaçado incriminar duas mulheres por tráfico de drogas

Fazenda Rio Grande- O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Paraná (MPPR) prendeu na noite de quinta-feira, em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), um delegado aposentado, um sargento da Polícia Militar e um guarda municipal de Curitiba. Eles são suspeitos de extorquir supostos traficantes de drogas que atuavam na região.

Duas mulheres fizeram a denúncia ao Gaeco. Conforme o coordenador do órgão, Leonir Batisti, há um mês os investigadores vinham acompanhando o caso. As vítimas relataram que caso não pagassem R\$ 25 mil, o trio "plantaria" drogas para incriminá-las. "Eles exigiam dinheiro para não entregar estas pessoas envolvidas com a criminalidade. As vítimas negaram ter envolvimento com o tráfico, mas isso também está sendo apurado", disse Batisti.

As duas mulheres já teriam repassado R\$ 1,9 mil aos acusados. Na noite de quinta, iriam no local combinado, um posto de gasolina localizado no km 22 da BR-116, para entregar mais R\$ 400. No momento da entrega, os investigadores do Gaeco surpreenderam os suspeitos.

"O inquérito será concluído pelo Gaeco e os três serão denunciados à Justiça. Até o momento não podemos informar se outras pessoas faziam parte do esquema e se outras víti-

mas acabaram sendo extorquidas. Por enquanto temos apenas a denúncia destas duas mulheres", explicou Batisti.

Conduta

A assessoria da PMPR informou que já vinha investigando a suspeita de conduta irregular do sargento, e que passou informações sobre o oficial, auxiliando o Gaeco na prisão dos envolvidos. A corporação ainda destacou que não compactua com este tipo de conduta e que irá instaurar processo judicial, além de abrir um procedimento interno para apurar as responsabilidades do sargento. Já a Prefeitura de Curitiba disse que a Secretaria Municipal de Defesa Social está ciente da prisão do Guarda Municipal, e que acompanha as investigações. O órgão também informou que o guarda municipal está sujeito a sanções que vão de advertência a expulsão da corporação. A Polícia Civil informou que não se manifestaria porque o delegado suspeito é aposentado e não faz mais parte do seu quadro.

16 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Alcides Ramos é preso em Apucarana

O ex-presidente da Câmara de Apucarana (Norte) Alcides Ramos Júnior (DEM), que estava foragido da Justiça desde novembro passado, foi preso na tarde de ontem após se apresentar espontaneamente em uma audiência no Fórum Eleitoral de Apucarana. O vereador, que foi reeleito em outubro de 2012, responde a duas ações, uma cível e uma criminal, por suposta tentativa de compra de votos e uso de dinheiro público na campanha política. Por conta da ação criminal, o juízo da 3ª Vara Criminal do município decretou prisão preventiva do vereador em novembro, mas até ontem ele estava foragido.

A audiência de ontem era a primeira na esfera cível para averiguar se Ramos usou seu cargo na presidência da Câmara para captar votos de forma ilícita e desviar recursos públicos. Após a audiência o vereador foi levado à Delegacia de Apucarana. Segundo o advogado do vereador, Guilherme Gonçalves, ele seria encaminhado ainda na noite de ontem para o Centro de Detenção e Resocialização de Londrina (CDR-L).

“Ele está muito abatido, mas quer que a situação seja resolvida e quer tomar posse na Câmara até o dia 19. Pediremos ao juiz que ele seja escoltado para tomar posse, e depois ele vai pedir licença do cargo”, explicou. Regimentalmente, Alcides tem que tomar posse até a próxima terça-feira, senão a Casa deverá chamar o suplente do vereador e ele perde o direito de ocupar uma cadeira no Legislativo.

O Ministério Público Eleitoral sustenta que o vereador, comissionados nomeados por ele e comerciantes do município causaram dano de R\$ 36,5 mil ao erário com um esquema de emissão de notas falsas por serviços supostamente prestados para a Câmara, mas usados na campanha eleitoral.

17 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Visita de cortesia

O senador Sérgio Souza (PMDB) visitou o novo presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Clayton Camargo, na última sexta-feira. Suplente de Gleisi Hoffmann (PT) e aliado político do ex-governador Orlando Pessuti, Souza foi um dos responsáveis por "incluir" a TV Justiça em convênio do Senado para a difusão da Rede Legislativa de TV nos estados brasileiros (destinada ao Congresso, assembleias legislativas e câmaras municipais). A papelada foi assinada o ano passado, quando o TJ ainda era dirigido pelo desembargador Miguel Kfoury Neto. Na nota divulgada pelo tribunal sobre a visita, nenhuma palavra sobre esse assunto, só que "o senador também se colocou à disposição do presidente Clayton Camargo para o atendimento a eventuais pleitos".

17 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Polícia Civil recupera armas furtadas de Fórum

JANDAIA DO SUL

Polícia recupera armas furtadas de Fórum

Jandaia do Sul – A Polícia Civil prendeu ontem um rapaz de 22 anos suspeito de ter furtado as 19 armas do Fórum de Jandaia do Sul (Região Metropolitana de Maringá), na última quinta-feira. O delegado Ítalo César Sêga relatou que o jovem foi detido com 20 armas quando visitava a casa de uma adolescente de 16 anos, na Rua Clementino Puppi, em Jandaia do Sul.

O jovem já tinha mandado de prisão por crime de receptação. A Polícia Civil já o investigava por ter realizado outros arrombamentos e montou uma campanha na casa de uma adolescente que seria sua cúmplice. Sêga afirmou que os registros das armas serão conferidos com as armas que foram furtadas do Fórum de Jandaia. Foram encontrados também 36 aparelhos celulares. "Também encontramos joias, um televisor e R\$ 129 em dinheiro que podem ser fruto de arrombamentos", revelou.

O jovem não confirmou a autoria do furto e afirmou que só falaria em juízo. O delegado acredita que existem outras pessoas que ajudaram na ação, já que o cofre

era muito pesado e exigia pelo menos quatro pessoas para arrombá-lo e movimentá-lo e não descartou a hipótese dele estar ligado a outras quadrilhas. "Há a possibilidade dele estar envolvido em outros furtos de armas em fóruns", declarou o delegado. De acordo com Sêga, o rapaz é de Apucarana e começou a namorar a adolescente há poucos dias.

No furto ao Fórum de Jandaia do Sul foram arrombados três cofres com armas usadas em assaltos e homicídios. Na ocasião foram levados nove revólveres calibre 38, cinco revólveres calibre 32, um revólver calibre 22, uma pistola 380, uma pistola 9mm, uma pistola 765 e uma espingarda. No ano passado foram registradas outras duas ocorrências de furtos a fóruns: uma em Peabiru (Centro-Oeste) e outra em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba). Nas duas ações foram levadas 328 armas.

17 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Contra corrupção

Diretora da Escola de Formação dos Magistrados, a ministra Eliana Calmon (STJ) assinará acordo de cooperação com o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Conselho Nacional de Justiça, para preparar juízes a combater e julgar com mais rapidez crimes de corrupção.

17 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Emendas na LDO visam garantir reajustes

Mudanças beneficiam servidores de carreira
das categorias contempladas

com aumento, ministros do STF e o procurador-geral da República

São Paulo - Três emendas apresentadas ao projeto de lei do Congresso pretendem mudar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor para garantir que os reajustes negociados pelo Executivo com todas as categorias do funcionalismo público no ano passado sejam pagos mesmo sem a aprovação da lei orçamentária. As emendas são de autoria dos deputados Darcísio Perondi (PMDB-RS), João Dado (PDT-SP) e Policarpo (PT-DF).

Os textos são diferentes, mas de modo geral autorizam os três poderes (Legislativo, Executivo, Judiciário) e o Ministério Público da União a pagar, a partir de 1º de janeiro, os reajustes previstos em 10 leis aprovadas pelo Congresso e sancionadas pela presidente Dilma Rousseff.

Além dos servidores de carreira, as emendas beneficiam os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o procurador-geral da República, igualmente contemplados com aumentos.

Impasse

De acordo com Policarpo, as emendas têm uma dupla função. Primeiro, pacificam a questão da concessão de reajustes na ausência de lei orçamentária, que gerou um impasse entre os poderes de-

pois que o Congresso não conseguiu votar a proposta orçamentária de 2013 no final do ano passado.

A Câmara, o Senado e o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiram não pagar os aumentos enquanto a lei não for sancionada. O STF, órgão máximo do Judiciário, seguiu a mesma linha. O Executivo e o MPU adotaram uma posição diferente e o contracheque de janeiro veio com os reajustes.

A outra função que as emendas podem desempenhar é de fundo político. Segundo Policarpo, é mais fácil construir um acordo para votação do projeto de lei do que para a proposta orçamentária. No caso do projeto, não haveria obstrução política para a apreciação no plenário do Congresso. De qualquer forma, há uma sessão marcada para a próxima terça-feira para a votação da proposta orçamentária.

O projeto de lei modifica a LDO e foi enviado pelo governo no final do ano passado para garantir a inclusão, no Orçamento de 2013, de recursos para reajustes de categorias de servidores que só fecharam acordo com o governo em dezembro. A proposta orçamentária só trazia recursos para os acordos salariais fechados até agosto.

O projeto, que tem o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) como relator, rece-

beu outras duas emendas. Uma delas, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), amplia em R\$ 20 bilhões o abatimento que o governo pode fazer na meta de superávit primário deste ano, que passa de R\$ 45,2 bilhões para R\$ 65,2 bilhões. Essa emenda tem o apoio do Executivo.

Acordos

Os reajustes negociados pelo governo variaram conforme a categoria e o poder. Para o Judiciário, a Câmara, o Senado, o TCU e o MPU, a correção salarial foi de 15,8%, a ser paga em três parcelas iguais durante três anos. Para as categorias do Executivo, o percentual variou de 15,8%, também em três anos, a mais de 30%.

De acordo com o Ministério do Planejamento, os acordos fechados ao longo de 2012 beneficiaram 1,77 milhão de pessoas, entre servidores públicos federais ativos e inativos.

Apenas 45 mil teriam ficado de fora, por não concordarem com as propostas do governo. No ano passado, a folha salarial da União consumiu R\$ 203,3 bilhões, número que incluiu os gastos com encargos sociais. Em 2011, o montante havia sido de R\$ 195,8 bilhões.

18 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

AL decide hoje criação de 154 cargos no MP

O impacto na
folha de pagamento
do órgão será de
R\$ 8,98 mi em 2013

AL vota hoje criação de 154 cargos para o MP

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba- De volta do recesso de Carnaval, os deputados estaduais encaram nesta segunda-feira um pedido do Ministério Público (MP) do Paraná para a criação de 154 cargos no órgão, sendo 85 para concursados e 69 comissionados. Outros 34 cargos efetivos já existentes, antes destinados a técnicos de nível superior, são "transformados" no projeto de lei para abrigar auditores, assistentes sociais, administradores, pedagogos e arquivistas.

Esse projeto do MP é um daqueles que o presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), decidiu "segurar" no final do ano passado, em reprimenda aos órgãos que enviaram medidas para serem votadas "no afogadilho". Nessa categoria estão o aumento das custas judiciais e do Funrejus, taxa cobrada em cartórios que é usada em construções e compra de equipamentos para o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. A proposição do MP foi protocolada no dia 12 de dezembro.

Diferente do novo presidente do TJ, Clayton Camargo, que repreendeu Rossoni em público pelo "atraso" na votação, o procurador-geral de Justiça, Gilmar Giacoia, evitou tratar do assunto nos eventos oficiais ou em declarações para a imprensa. "A proposta visa suprir as necessidades decorrentes da defasagem dos cargos do Ministério Público em relação ao Poder Judiciário, a par da implementação de mais uma nova etapa da remodelação e ampliação da estrutura organizacional do MP", diz o procurador.

Na justificativa encaminhada à AL, Giacoia explica o porquê da criação dos cargos efetivos, mas não detalha com igual cuidado a escolha de comissionados para o trabalho ao lado dos procuradores e promotores de Justiça. Por exemplo, ele afirma ser mais barato à administração pública contratar engenheiros e arquitetos para trabalhar dentro do MP que terceirizar esses serviços. Também informa que as funções ligadas à medicina do

trabalho, informática e serviço social estariam previstas no Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná (Gempar 2018), onde constam as metas de modernização do órgão para os próximos anos.

Dos comissionados, 65 trabalharão nas promotorias e as outras quatro vagas irão para a Comunicação Social do órgão, "destinadas à composição das chefias". O impacto dos novos cargos na folha de pagamento do MP será de R\$ 8,98 milhões em 2013. Com os novos cargos, o MP comprometerá 1,655% da sua Receita Corrente Líquida (RCL) com a folha de pagamento. Esse índice está dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o órgão, fixados em 2% como teto e 1,9% como limite prudencial. No cálculo desses números, informa Giacoia, o impacto dos novos cargos foi de apenas 0,035%.

18 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Duelo Barbosa x Lewandowski continua no STF

Como ministro-revisor do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski manteve áspero duelo com o relator Joaquim Barbosa, e as rugas continuam, embora silenciosas. Atrasos frequentes e permanência nas sessões por pouco tempo são vistos por aliados de Barbosa como tentativas do atual vice-presidente do STF de dificultar o quorum e a agenda fixada pelo presidente Joaquim Barbosa.

Como deputado

Aliados de Joaquim Barbosa também notam que Lewandowski mantém no STF rotina comum entre parlamentares, atuando de terça a quinta.

Professor

Amigos de Lewandowski lembram que ele dá aulas em faculdade do Rio, daí sua necessidade de se ausentar de Brasília.

18 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Deputado afirma ter assinaturas para CPI da Globo



Camargo foi acusado por jornal de cometer irregularidade

O deputado estadual Fábio Camargo (PTB) afirmou ontem que já conseguiu as 18 assinaturas (um terço) necessárias para abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa do Paraná, para investigar o grupo RPC — dono de jornais como a Gazeta do Povo e de emissoras de TV afiliadas à Rede Globo.

O jornal Gazeta do Povo, na edição de ontem, diz que 14 vereadores e ex-vereadores

cometeram irregularidades com verbas da Câmara de Curitiba entre os anos de 2006 e 2011. Dentre eles está o hoje deputado estadual Fábio Camargo (PTB), filho do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Cleyton Camargo. Segundo a reportagem, empresa de um assessor do parlamentar teria recebido R\$ 341 mil. Fábio Camargo jura que não cometeu nenhuma ilegalidade “porque não tenho que devolver nada”.

18 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

A CONDOTA E O DIREITO PENAL

Paranaense no Superior Tribunal de Justiça

** Jônatas Pirkiel*

Sérgio Kukina, que era Procurador de Justiça no Paraná, passa a compor o Superior Tribunal de Justiça, escolhido como Ministro da Corte na representação do Ministério Público, cuja posse ocorreu no último dia 6 de fevereiro.

Ao ser recebido pelos membros da Primeira Turma, a qual passará a compor, Kukina agradeceu as homenagens dos demais ministros, destacando que espera corresponder de forma adequada àquilo que se espera de um magistrado daquela Corte, e pediu paciência aos colegas, sobretudo nesse momento em que está principiando na magistratura.

Kukina ingressou no Ministério Público paranaense em 1984, atuando como promotor em várias cidades, também em Curitiba, onde sempre contou com o respeito de toda a classe jurídica. Assume na vaga que era destinada aos promotores de justiça, que era ocupada pelo Ministro Hamilton Carvalhido.

Arnaldo Esteves Lima, presidente da Primeira Turma, acredita que o novo ministro trará uma grande contribuição para a jurisprudência do STJ e, em especial, para a Seção de direito público, da qual faz parte a Primeira Turma. O novo ministro foi saudado pelo representante do Ministério Público Federal, subprocurador-geral da República Oswaldo José Barbosa Silva, que comemorou a chegada de Sérgio Kukina, acreditando que o novo ministro trará para a Corte o sentimento de justiça que sempre pautou sua atuação profissional.

Na sessão, recebeu os cumprimentos de Marcos Jorge Caldas Pereira, em nome dos advogados e dos demais ministros da Corte, observando-se o destaque dado pelo Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, ao afirmar conhecer a justa fama de Kukina, "...homem cordato, operoso, atento e zeloso... tem todas as virtudes que nós pretendemos ter e que achamos que os outros também devam ter".

A sociedade paranaense e todas a suas classe jurídica, por certo, se soma a todas estas homenagens, desejando ao novo ministro que possa contribuir para consagrar a cultura jurídica do povo do Paraná.

** Jônatas Pirkiel é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)*

18 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

Sucessão empresarial e patrimonial pode ser feita em cartório

Nos cartórios extrajudiciais, especialmente nos tabelionatos de notas, um dos serviços muito procurados nesta época do ano é a formalização de escritura pública de testamento com o objetivo de planejar tanto a sucessão patrimonial, quanto a empresarial. "Essa escritura pode ser uma forma muito eficaz de planejamento para o futuro, já que traz uma série de consequências positivas. Dependendo das cláusulas adicionadas, o documento é capaz de evitar o comprometimento dos bens dos herdeiros por dívidas, assim como os conflitos familiares, já que garante que os desejos do testador sejam cumpridos", explica o vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Angelo Volpi Neto.

Quem pensa em organizar para quem será destinado cada um dos bens adquiridos em vida para os seus sucessores pode evitar conflitos familiares futuros. A divisão dos bens pode ser feita de maneiras distintas desde que respeite a proporção do valor econômico total dos bens. O testador pode escolher destinar um imóvel para um filho e cotas de uma empresa para o outro, por exemplo. Os seguros de vida e os planos de previdência também podem ser incluídos. "Além da cláusula de impenhorabilidade, capaz de proteger o patrimônio dos herdeiros contra dívidas, podem ser adicionadas a este escritura a cláusula de incomunicabilidade, que permite ao testador proteger o patrimônio dos filhos em relação aos genros e noras, e a de inalienabilidade, que impede os filhos de venderem o patrimônio herdado dos pais", explica o tabelião Angelo Volpi.

Na elaboração de um testamento é preciso que seja respeitada a ordem sucessória do Código Civil, que garante metade dos bens para os herdeiros necessários (descendentes e ascendentes) e, dependendo do regime de casamento, o cônjuge. A outra metade, parte disponível dos bens do testador, pode ser destinada quem ele quiser, inclusive para instituições de caridade. Diferente da doação, o testamento pode ser revogado a qualquer momento. Após o falecimento, um inventário precisará ser elaborado confirmando a divisão patrimonial, já que o testamento serve apenas para colocar ordem na partilha.

18 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Tendência

A Advocacia-Geral da União poderá cobrar de candidatos a prefeito casados os gastos que o poder público teve para realizar novas eleições.

e-Proc

Desde 01/02/2013, a interposição de Agravos de Instrumento de processos físicos da Justiça Federal da 4ª Região deve ser feita por meio eletrônico.

Comprovante

O juiz pode exigir que advogados com procuração de seus clientes comprovem nos autos o valor repassado à parte. O entendimento é do Plenário do CNJ.

Saúde

Recursos públicos repassados mensalmente pelo SUS a hospital privado são impenhoráveis. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Curso

A Academia Brasileiro de Direito Constitucional (ABDConst) e o Grupo de Pesquisa Modernas Tendências do Sistema Criminal realizam o curso de extensão "Direito Penal Econômico Transnacional", de 25/02 a 1º/03, na sede da ABDConst em Curitiba. São 14 palestras que irão debater os mais importantes temas do Direito Penal Econômico e Transnacional. Informações: francisco@rochalima.com e leandro.af@hotmail.com ou nos telefones (41) 3024-1167 e 3027-1167.

Indenização

Contribuição previdenciária não incide sobre adicional por assiduidade pago a determinados servidores públicos. O entendimento é da 7ª Turma do TRF da 1ª Região.

Competência I

O TJ do Distrito Federal julgou inconstitucional a Lei que institui o uso obrigatório de coletes infláveis de proteção por motociclistas prestadores de serviços, pois não compete ao Poder Legislativo Distrital legislar sobre trânsito.

Competência II

Lei municipal pode obrigar bancos a instalar dispositivos de segurança. O entendimento é do Órgão Especial do TJ de São Paulo.

Competência III

A competência originária para julgar mandado de segurança contra atos do Conselho da Justiça Federal é do STJ. O entendimento é da Corte Especial do STJ.

Fiança

Fiança prestada pelo marido, sem a anuência da esposa, é nula de pleno direito. O entendimento é da 15ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

Férias

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, determinou a criação de uma comissão especial para elaborar projeto de lei que promova uma atualização na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). Uma mudança já cogitada é o fim das férias de 60 dias para juízes e procuradores

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 471 do STJ

– Os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei n. 11.464/2007 sujeitam-se ao disposto no art. 112 da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) para a progressão de regime prisional.

18 FEV 2013

METRO

Assembleia vota novos cargos no MP

Legislativo. Na sessão plenária, deputados fazem a segunda votação da proposta da Procuradoria de Justiça

Na sessão de hoje da Assembleia Legislativa, os deputados vão analisar, em segunda votação, pedido para a criação de 154 novos cargos para o Ministério Público do Estado. São 85 cargos efetivos e 69 em comissão. Outros 34 cargos efetivos devem ser modificados, de acordo com o projeto.

Segundo o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, a proposta visa “suprir as necessidades decorrentes da defasagem dos cargos do Ministério Público em relação ao Poder Judiciário”.

Santa Maria

Também na Assembleia Legislativa, hoje, o comandante geral do Corpo de Bombeiros, coronel Luiz Henrique Pombo do Nascimento, falará sobre as ações da corporação para apertar a fiscalização de casas noturnas e outros estabelecimentos de grande aglomeração de público no Paraná, entre outras atividades que possam prevenir tragédias como as que ocorreram recentemente em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Ele atende a convite do Stephanes Junior (PMDB).

154

cargos devem ser criados no Ministério Público. Desses, 85 serão efetivos e 69 serão cargos em comissão.

18 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ estuda padronizar identidade funcional de juizes

O Conselho Nacional de Justiça estuda a padronização da identidade funcional dos magistrados brasileiros. A ideia de unificar a identificação dos juizes foi motivada pelo Pedido de Providência da Associação dos Magistrados Brasileiros. No início de dezembro, o CNJ solicitou aos tribunais que se manifestassem a respeito e a maioria se mostrou favorável à proposição.

Na avaliação do conselheiro Lucio Munhoz, presidente Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ e responsável por conduzir os estudos, a criação de um modelo padrão para a identificação dos magistrados é positiva. “Garantiria maior segurança quanto ao uso de tal documento ao diminuir eventuais chances de falsificações. Nesse sentido, estamos estudando, inclusive, a possibilidade de o documento conter um chip para certificação digital. Isso, no entanto, dependerá da análise das condições técnicas”, afirmou.

No Pedido de Providência, protocolado em novembro de 2012, a AMB requereu ao CNJ que expedisse ofícios dirigidos às agências reguladoras e às principais empresas aéreas do país para que reconhecessem a validade da identidade funcional dos magistrados.

18 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Para TRF-4, contribuição previdenciária é ilegal

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região alinhou sua jurisprudência à do Superior Tribunal de Justiça e considerou ilegal a incidência de contribuição previdenciária sobre um terço de férias. A decisão da 1ª Turma foi tomada em julgamento no último dia 6 de fevereiro, em Mandado de Segurança ajuizado pela Associação de Medicina de Grupo do Estado do Rio Grande do Sul (Abramge-RS).

Com a decisão, as empresas

associadas à Abramge poderão requerer junto à Receita Federal a compensação dos valores pagos à Previdência a esse título nos últimos cinco anos. A Associação tem como associados o Centro Clínico Gaúcho, a Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde, a Multiclínica Serviços de Saúde, a Porto Alegre Clínicas e a Sulmed Assistência Médica.

Segundo a relatora do processo, juíza federal convocada Carla

Evelise Justino Hendges, o TRF-4 deve se alinhar ao STJ. “Não pode haver incidência sobre o terço de férias recebido pelo empregado, visto que esta verba não se incorpora a sua remuneração para fins de aposentadoria”, argumentou a magistrada.

Como o julgamento não foi unânime na Turma, com dois votos contra um, a União poderá recorrer novamente no Tribunal contra a decisão.

OAB quer prioridade para súmula sobre advocacia pública

A Ordem dos Advogados do Brasil pediu que o Supremo Tribunal Federal dê prioridade na apreciação da Proposta da Súmula Vinculante 18, que pretende que seja declarada a inconstitucionalidade da admissão de não concursados para exercerem atividades próprias de advogados públicos. A intenção é fazer com que os cargos em comissão de diretores jurídicos de órgãos públicos sejam ocupados exclusivamente por profissionais da carreira.

O pedido foi feito nesta quinta-feira (14/2) pelo presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado, du-

rante reunião com o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa. No encontro, Marcus Vinicius também pediu preferência na inclusão em pauta da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.650, que contesta os dispositivos da legislação eleitoral que permitem o financiamento de campanhas de candidatos por parte de pessoas jurídicas. O relator da matéria no STF é o ministro Luiz Fux, para quem o assunto é “da mais alta relevância”. Fux já comunicou à OAB que pretende levar a ADI a julgamento neste ano.

No encontro, o presidente da OAB entregou ao ministro o convite

para a sua cerimônia de posse na Presidência do Conselho Federal da OAB, que será às 19h do dia 12 de março, em Brasília. Também serão empossados o vice-presidente, Claudio Lamachia; o secretário-geral, Cláudio de Souza Neto; o secretário-geral adjunto, Cláudio Stábile, e o diretor-tesoureiro, Antonio Oneildo Ferreira.

Participaram da reunião o presidente da seccional mineira da OAB, Luis Claudio da Silva Chaves, e os seguintes conselheiros federais: Aldemário Araújo Castro (DF), José Rossini do Couto Correa (DF) e Felipe Sarmiento Cordeiro (AL).

18 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PANORAMA POLÍTICO

PEDRO WASHINGTON

PÉ DE BRIGA

Os sinais de um desentendimento entre os poderes Legislativo e Judiciário, começam a ficar preocupantes. Especialmente pelo fato de o novo presidente do Poder Judiciário paranaense não parecer disposto a aceitar as posturas do presidente Valdir Rossoni de, se reservar o direito de analisar as propostas vindas da Casa ao lado, antes de colocá-las em votação. Até por serem propostas, que aumentam custos, cujas aprovações trazem mais desgaste ao Legislativo.

EM CHOQUE

O londrinense André Vargas, deputado paranaense que mais destaque está obtendo em Brasília onde acaba de ser eleito para importante cargo na Mesa da Câmara, está engajado na luta pela criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais (TRFs), um dos quais em Curitiba (englobando Santa Catarina e Mato Grosso do Sul). É inaceitável Paraná, Santa Catarina atrelados até agora ao TRF gaúcho.

16 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» PRECATÓRIOS

Justiça reduz em 95% dívida do estado com a CR Almeida

*Katna Baran, especial
para a Gazeta do Povo*

IO governo do Paraná conseguiu reduzir em 95% uma dívida bilionária do estado com a construtora CR Almeida. Em decisão do início do mês, a 1.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) julgou procedente a defesa da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) sobre encargos de um processo referente à construção da Ferrovia Central do Paraná, de responsabilidade da construtora. Ainda cabe recurso da decisão.

• Na sessão, os desembargadores discutiram a incidência de juros sobre a dívida decorrente de uma ação condenatória anterior, da 4.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Segundo a assessoria do governo do estado, com os juros, a dívida chegava a mais de R\$ 3 bilhões. Ainda conforme a assessoria, a decisão do TJ rejeita a cobrança dos chamados “juros sobre juros”. A decisão representa uma redução de 95% na dívida — o que resultaria em um valor final de aproximadamente R\$ 150 milhões em precatórios. A assessoria do governo não confirmou o valor exato do débito após a sentença.

Existem outras três ações judiciais da CR Almeida contra o governo do estado a respeito da mesma obra.

16 FEV 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Luto

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sálvio de Figueiredo Teixeira morreu ontem aos 73 anos em Brasília. Sálvio de Figueiredo, que ocupou a vice-presidência do tribunal, se aposentou em 2006. O velório ocorre hoje no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília.

Cotado 1

O advogado tributarista Heleno Torres despontou como candidato favorito à vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A agenda da Casa Civil mostrava que o advogado seria recebido ontem para tratar de sua candidatura para ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Carlos Ayres Britto.

Cotado 2

Heleno Torres foi recebido no Planalto para conversar com o subchefe de Assuntos Jurídicos, Ivo da Motta. O tema estava expresso na agenda dele. "Assunto: STF". Depois, a informação foi retirada da agenda. Heleno Torres foi um dos primeiros nomes a ser cotado para a vaga do tribunal.

Padrinho

O advogado-geral da União, Luiz Inácio Adams, é o padrinho da indicação de Heleno Torres. Os dois têm visões próximas sobre Direito Tributário, tendentes a adotar posições favoráveis ao Fisco. Professor de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP), Torres é pernambucano. Se for indicado, seria o único nordestino da atual composição.

WILSON DE ARAÚJO BUENO



Presenças marcantes na cerimônia de posse da nova direção do TJ Paraná: Silvinha Lenz Cesar, Aziolo Carneiro Anunção e Raquel de Paula Cesar, as duas últimas respectivamente ex-vice-primeira-dama e ex-primeira-dama do Judiciário Paranaense.

COLUNA DO LEITOR

Férias de juízes

De forma alguma sou favorável às férias de 60 dias para juízes e procuradores (**Gazeta**, 14/2). Juízes devem ter o mesmo período de férias previsto na legislação para os demais trabalhadores. A Justiça brasileira já é muito lenta e ineficiente. Certamente, o tempo de trabalho dessa categoria não é de oito horas diárias e nem 40 horas semanais; 60 dias de férias só acentuariam o privilégio da categoria.

Cezar Laerte Natal

16 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Liminar suspende cobrança por plano de saúde

Servidores municipais vêm pagando involuntariamente há 15 anos por plano do ICS. Justiça considerou a cobrança abusiva

Yuri Al'Hanati

Servidores públicos de Curitiba vêm pagando involuntariamente há quase quinze anos por um plano de saúde compulsório. Foi o que motivou uma decisão liminar da 4ª Vara da Fazenda Pública, que obriga a suspensão das cobranças do Instituto Curitiba de Saúde (ICS), emitida no dia 12 de dezembro de 2012. Segundo Ricardo Weber e Gabriel Schulman, advogados que moveram a ação no final do ano passado em nome da Associação dos Servidores da Câmara Municipal de Curitiba, os servidores tinham o plano descontado em folha — 3,65% para funcionários ativos e 3,14% para inativos.

Schulman conta que a cobrança indevida teve origem na lei munic-

pal 9626/1999. “Ela estipula o plano de previdência do ParanaPrevidência como obrigatório, mas isso é exigido por lei, ao contrário do plano de saúde, que foi colocado junto na matéria. Um contrato que você é obrigado a fazer e no qual é obrigado a continuar não é contrato”, argumenta. Segundo o advogado, a cobrança abusiva ainda exigia o pagamento de uma joia durante os primeiros 24 meses, que corresponde a 30% sobre o valor pago mensalmente. “Não existe o pagamento de joia para plano de saúde, e o pior é que temos casos de funcionários que saíram da prefeitura e, quando voltaram, tiveram que pagar a joia novamente”, comenta.

Além disso, o advogado aponta como irregular o desconto sobre o 13.º salário. “O termo ‘mensalidade’ implica que a taxa deve ser paga todo mês. As pessoas só podem ficar doentes, no máximo, em doze me-

ses por ano, não tem porque pagar uma décima terceira vez”, afirma.

O ICS ainda pode recorrer da decisão que, a princípio, beneficia apenas os servidores da Câmara. No entanto, a lei municipal prevê a cobrança para todos os servidores municipais. “Não sabemos com certeza se a liminar cobrirá a situação de outros servidores. O ideal é que cada associação de servidores ajuíze uma ação individual ou elas façam uma ação conjunta”, aconselha Schulman.

Recurso

A reportagem tentou entrar em contato com o ICS no final da tarde de ontem mas não encontrou ninguém para comentar o assunto. A assessoria de imprensa da prefeitura informou que a instituição está preparando um recurso para cassação da liminar e que na mesma oportunidade vai oferecer a defesa do processo.

3,65%

é o percentual do salário que os servidores ativos tinham descontado na folha de pagamento pelo Instituto Curitiba de Saúde. Para os inativos, desconto reservado ao plano era de 3,14%

16 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Senado demite estagiárias por causa de piada sobre Renan

Uma das estudantes é sobrinha do ministro do STF, Joaquim Barbosa. Presidente da Casa nega que tenha sido consultado sobre o caso

O Senado demitiu uma sobrinha do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e uma colega dela por terem postado em uma rede social uma crítica ao presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). As duas, que eram estagiárias do Senado, compartilharam no Facebook a foto de um rato que dizem ter encontrado na gráfica da instituição com a legenda: "E a gente achou que o único problema aqui fosse o Renan Calheiros".

O Senado confirmou a demissão das duas jovens. Em nota, informou que agiu "de acordo com as normas vigentes ao tomar conhecimento de um ato de indisciplina". Segundo a Casa, as duas postaram as fotos no horário do estágio "usando ferramentas de trabalho". O caso foi revelado ontem pelo jornal *Correio Braziliense*.

Ariadna Barbosa Gomes Oliveira é filha de uma irmã do ministro Joaquim Barbosa. Ela estagiava na secretaria de Recursos Humanos, que fica nas mesmas dependências da gráfica. A reportagem não conseguiu localizá-la. A assessoria do ministro disse que Barbosa não iria comentar o assunto.

Segundo Laura Meirelles, a outra estagiária, a crítica foi feita em forma de protesto, uma vez que, de acordo com ela, o lugar está cheio de "ratos de verdade". Ela afirma também que as fotos foram postadas do celular e não do computador do Senado.

A assessoria de Renan disse que o peemedebista soube do fato após a demissão das duas estagiárias e que não comentaria o ocorrido. A reportagem apurou que Renan cobrou da direção do Senado o fato de não ter sido comunicado antes da demissão, mas concordou com as demissões.

PRIMEIRO COMENTÁRIO

Peemedebista diz que petição na web por sua saída é "lícita e saudável"

Pela primeira vez desde que se elegeu presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) comentou ontem o abaixo-assinado da internet que pede o seu impeachment do cargo. Em nota, Renan disse que a mobilização na internet é "lícita e saudável", mas diz que seu objetivo é fazer o Congresso "mais ágil e preocupado com os problemas dos cidadãos". "O número de assinaturas não é tão importante quanto a mensagem, o que importa é saber que a sociedade quer um Congresso mais ágil e preocupado com os problemas dos cidadãos. E assim o será", diz na nota. Segundo o comunicado, Renan quer fazer uma gestão "austera", com corte de gastos e transparência.

17 FEV 2013

GAZETA DO POVO

➔ JUDICIÁRIO

Juízes devem ter férias de 60 dias?

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF),

Joaquim Barbosa, anunciou a criação de uma comissão especial para revisar e mandar para o Congresso projeto de lei que, entre outras mudanças, acaba com as férias de 60 dias anuais para juízes e procuradores — privilégio concedido às duas categorias durante a ditadura militar. A medida, que pode pôr fim ao mais longo período de descanso remunerado de servidores públicos, divide o mundo jurídico. No total, com as folgas dos recessos de fim de ano e os feriados nacionais, estaduais e municipais, juízes e procuradores somam mais de 90 dias sem trabalho por ano. Magistrados dizem que a falta de uma jornada formal — o que faz o juiz trabalhar fora do expediente —, justifica o maior período de férias. Para os advogados, a redução para 30 dias poderia dar mais celeridade aos processos.

Euclides Lucas Garcia

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A FAVOR DAS FÉRIAS

17 FEV 2013

FERNANDO GANEM, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar).

Felipe Rosa/Gazeta do Povo



“É um direito histórico, que decorre do fato de o juiz não ter jornada.”

O senhor concorda com a redução das férias de juizes e procuradores de 60 para 30 dias? Por quê?

Evidentemente, a magistratura fica preocupada. Esse é um direito histórico, que decorre do fato de o juiz não ter jornada de trabalho. O juiz trabalha, não só durante o expediente, mas também fora dele, em casa muitas vezes. Além disso, há o plantão judiciário, que a maioria

dos juizes do interior tem de cumprir nos fins de semana e quando o fórum está fechado.

Como o senhor vê as críticas de que é uma regalia, um privilégio excessivo manter esse período todo de férias, se as demais categorias do serviço público têm apenas 30 dias?

As férias de 60 dias são justificadas justamente pelo motivo de não haver jornada de trabalho. Cada profissão tem suas peculiaridades. Professores, por exemplo, também têm férias de 60 dias, porque precisam corrigir provas, preparar aulas. Os promotores também têm de se preparar em casa para os júris. Se for para reduzir as férias dos juizes para 30 dias, então a magistratura também quer ganhar hora extra pelas horas trabalhadas fora do expediente de trabalho. Além disso, reclamam que os juizes vendem as férias, mas todo o trabalhador faz isso. Isso não é motivo para contestar o direito a 60 dias de férias. Muitos juizes nem sequer tiram férias. Ficam com elas acumuladas para poderem dar conta da demanda de processos.

Férias tão extensas não contribuem para a morosidade da Justiça no país?

Não há mais férias coletivas como antigamente, quando todo o Judiciário parava duas vezes ao ano. Hoje, o serviço é ininterrupto, não pára mais, a não ser no recesso do Judiciário, no fim do ano. Cada juiz tira férias individualmente e a vaga dele é ocupada por um substituto ou acumulada por um titular, que permanece atendendo normalmente, sem nenhuma restrição de serviço. Se ocupar a vaga não atender de maneira satisfatória, cabe às partes fazer uma reclamação à Corregedoria quanto a isso.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONTRA AS FÉRIAS

JULIANO GREDA, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR).

Roberto Dziura Jr.



“Férias de 30 dias me parecem justas, proporcionais e compatíveis.”

O senhor concorda com a redução das férias de juízes e procuradores de 60 para 30 dias? Por quê?

Sim. Férias de 30 dias me parecem justas, proporcionais e plenamente compatíveis com essas funções. Compreendo a importância da função da magistratura e as razões pe-

17 FEV 2013

las quais defendem a manutenção dos 60 dias de férias, mas não me parece que a redução para 30 dias prejudicaria pessoalmente o exercício da função.

Como o senhor vê as críticas de que é uma regalia, um privilégio excessivo manter esse período todo de férias, se as demais categorias do serviço público têm apenas 30 dias?

Eu não diria regalia, mas há outras funções públicas tão importantes quanto a magistratura que têm férias normais de 30 dias. Além disso, não temos dados fechados ainda sobre isto, mas os tribunais têm comprado parte das férias dos magistrados. Então, se os 60 dias fossem absolutamente necessários, não se justificaria o magistrado vender dias de férias. Me parece um contrassenso defender a necessidade de manutenção dos 60 dias em razão da magnitude e especial importância da atividade, e, ao mesmo tempo, vender as férias e usufruir financeiramente do que deveria ser um período de descanso.

Férias tão extensas não contribuem para a morosidade da Justiça no país?

Esse é o grande tema em relação à questão das férias dos magistrados. A proposta, sem dúvida nenhuma, imprimiria maior celeridade à Justiça. Isso contribuiria muito para uma Justiça mais rápida na aplicação mais compatível com os desafios que a gente tem hoje. O grande problema na primeira instância é exatamente a ausência de juízes, especialmente nas comarcas pequenas, o que prejudica sobremaneira o trabalho da jurisdição.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

17 FEV 2013

Memória

O Tribunal de Justiça de São Paulo cassou na última sexta-feira a liminar dada pela Justiça de Sorocaba proibindo a venda e distribuição do livro "Companheiros - A Hora e a Vez dos Metalúrgicos de Sorocaba". A publicação tem como personagem principal o sindicalista Wilson Fernando da Silva, o "Bolinha", amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O juiz da 3ª Vara Cível de Sorocaba, Mário Gaiara Nêto, concedeu a liminar atendendo a um pedido de uma das filhas de "Bolinha", Daniela Silva Fernandes, para quem o livro feria a memória de seu pai.

NOTA POLÍTICA

Binacional

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio admitiu o ingresso do Paraguai no processo civil que a Itaipu Binacional responde por supostos danos ambientais causados pela usina. Marco Aurélio determinou a intimação do procurador do Paraguai em relação a todos os atos processuais dessa ação. O governo do país vizinho foi quem pediu para atuar na ação proposta pelo Ministério Público Federal (MPF).

COLUNA DO LEITOR

Férias de juízes

As férias de 60 dias (**Gazeta**, 14/2) são uma das razões pelas quais um processo tramita na Justiça ao longo de tantos anos. Não bastassem todas as benesses, essa é mais uma que depõe contra os senhores juízes e procuradores, completamente alheios e desvinculados da nossa realidade. Lamentável.

Nagib Fattouch

CURSO

Completo - Magistratura Estadual do PR

- **DATA:** de 19 de março a 5 de julho (das 19 às 22h20 - matrículas abertas).
- **LOCAL:** Curso Prof. Luiz Carlos. Rua Voluntários da Pátria, 103, 1º andar - Centro.
- **INFORMAÇÕES:** (41) 3232-3756 ou luizcarlos@luizcarlos.com.br

CURSO

Preparatório para concursos da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR)

- **DATA:** de março a novembro (matrículas abertas).
- **PÚBLICO-ALVO:** candidatos a concursos das carreiras da Magistratura do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.
- **LOCAL:** auditório da Ematra. Av. Vicente Machado, 320, 4º andar, sala 403 - Centro.
- **INFORMAÇÕES:** (41) 3232-3024 ou www.ematra9.org.br

17 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Uma cidade sem passado e sem lei

Justiça autoriza demolição de três casas históricas listadas pela prefeitura. Caminho aberto para que outros proprietários façam o mesmo

José Carlos Fernandes

Durante 20 anos, um dos elogios mais comuns feitos a Curitiba se dirigia à sua política de patrimônio histórico. Chamavam-na de “moderna”, um “modelo”. Embora não tivesse o peso de lei, mas de um rele decreto, o que parecia um defeito jurídico resultou num fenômeno. No lugar dos rigores do tombamento, o projeto municipal oferecia os préstimos de uma equipe da prefeitura, que acompanhava os proprietários de imóveis antigos nos restaurantes.

Em vez de proibi-los de mexer numa trameia de porta, os técnicos ofereciam bulas sobre como usar e preservar uma casa centenária. Ao mesmo tempo, premiavam os proprietários com descontos no IPTU e alcançavam resultados inimagináveis em se tratando de um assunto que mexe com o juízo dos herdeiros de um casario.

O resultado veio a galope. Em vez de tombar não mais do que uma dúzia de prédios essenciais à memória da cidade, a política curitibana conseguiu salvar quadras e ruas inteiras. Para que se tenha uma ideia, a prefeitura chegou a

monitorar 900 imóveis históricos em Curitiba. O Patrimônio do Estado, no Paraná inteiro, preserva perto de 200.

Mas as glórias curitibanas na salvaguarda do passado estão a perigo. Nos últimos quatro anos, a política um dia capaz de arrancar confetes das mãos de especialistas se tornou alvo de críticas impiedosas. A mais comum diz que um decreto, por melhor que seja, não tem poder para salvar imóvel algum. “O Judiciário não tem piedade”, lamenta o advogado Carlos Marés, conhecedor de leis de tombamento.

Jurisprudência

De 2011 para cá, a prefeitura perdeu na Justiça três pedidos de demolição de Uips, como são chamadas as “unidades de interesse de preservação” da capital. Dois foram praticados — um na Rua Gutemberg, 477; outro na Avenida do Batel, 1.938. Há jurisprudência. Outros donos de imóvel cadastrado agora podem fazer o mesmo. E o fazem, a depender do grau de insatisfação com as limitações a eles impostas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) no uso dos imóveis. A depender desse efeito dominó, o que sobrou de conjuntos como os da Avenida Batel e da Rua Bispo Dom José podem estar com os dias contados. Há dois pedidos de demolição de Uips nessas vias. “Foi inovador para a época, mas a corrida imobiliária mudou tudo”, constata Rosina Parchen, diretora do Patrimônio do Estado.

Para especialistas ouvidos pela reportagem, as derrotas no Judiciário são um sinal evidente de que a era das Uips acabou e que, por ironia, só uma lei de tombamento poderá salvá-las. Falam em urgência. O número de unidades preservadas é uma incógnita. Já foram 900, mas hoje o site da prefeitura aponta que são 619. A lista, diz-se, teria excrecências — casas que não mereciam ser Uips. Mas o maior defeito do levantamento é não vir acompanhado de um inventário capaz de justificar a importância desse ou daquele imóvel, o que teria deixado uma brecha para os demolidores, já hábeis em colocar uma banana de dinamite no decreto municipal.

Desvirtuamento

Difícil não culpar a prefeitura pelo atual estado das coisas. Em uma década, pouco o setor de Patrimônio do Ippuc foi sendo desmantelado, a ponto de perder a expressão. Especialistas em patrimônio, concursados na prefeitura, não tiveram seus pareceres reconhecidos, o que poderia impedir a demolição de imóveis como o Hospital Bom Retiro e a fábrica da Matte Leão, entre outros, numa flagrantíssima derrota da memória.

CONTINUA

17 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A pá de cal que faltava veio em 2010 com o Decreto 689, que permitiu usar a “transfêrência de potencial construtivo” para construir creches e preparar a Arena do Clube Atlético Paranaense para a Copa de 2014. Originalmente, o “potencial construtivo” foi adotado como fonte de receita para restaurar imóveis cadastrados. O recurso é simples — o dono de uma casa histórica com um ou dois pisos, mas em cujo terreno seria possível erguer um prédio de 12 andares, vende os metros quadrados a que teria direito para uma empreiteira interessada em construir mais do que o permitido, em outro zoneamento da capital. Elas, por elas, o dinheiro ganho com a venda era usado no restauro e preservação.

Ao vulgarizar esse recurso, a prefeitura inflacionou o mercado. Pior: o poder público se tornou concorrente dos donos de Uips. Um concorrente desleal — é muito mais fácil comprar da prefeitura. “Começou a se falar mais do lucro com a venda de potencial do que em patrimônio. A casa que tem mais valor histórico para a cidade é que tem mais potencial construtivo”, ironiza o arquiteto Jeferson Dantas Navolar, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU).

A venda de potencial é hoje moeda para todo e qualquer projeto urbanístico. Menos para salvar quem mais precisa. Sem lei de tombamento, Curitiba adotou a lei da selva.

ELES DIZEM...

Lei de tombamento, já? O que dizem cinco entrevistados pela **Gazeta do Povo**

SIM

Rosine Parchen, diretora do Patrimônio do Estado

Ela defende que a política das unidades de interesse de preservação, as Uips, seja entendida como um pré-tombamento, com classificação de etnia, sistema construtivo e beleza, entre outros. “Do jeito que está não tem força para garantir a integridade das casas. Uma ação judicial as derruba”, alerta, lembrando que o alto valor alcançado pelos terrenos desestimula os proprietários a lutarem pelos edifícios históricos.

Carlos Frederico Marés, advogado

“Curitiba está atrasada. Tem de criar uma lei de tombamento, já”, afirma Marés, autor do livro *Bens culturais e proteção jurídica*. Para ele, ao tentar preservar sem tomar, a prefeitura fez uma escolha genérica e falsamente moderna, favorável à especulação imobiliária. “Há recursos avançados de tombamento, nem sempre tão rígidos como se diz, e são protetivos, ao contrário de um decreto”.

Francisco Zardo, advogado

Zardo acompanhou os três casos de liberação na Justiça de demolição de Uips. Para ele, a atual política de preservação tem perdido na Justiça ao não apresentar estudos técnicos que justifiquem por que um imóvel deve ser mantido em pé. “Além do mais, as práticas municipais são ‘estranhas’ se comparadas às leis estaduais e federais, e nas quais deveria se pautar para ser reconhecida.”

NÃO

Sérgio Póvoa Pires, presidente do Ippuc

Do alto de quem ajudou a consolidar a atual política de patrimônio histórico, na década de 1980, Pires permanece acreditando na inovação do projeto. “Curitiba exporta tendências. As unidades de interesse de preservação [Uips] são inovadoras, podem inspirar outras cidades”, afirma. Sua promessa, restaurar a importância do setor do patrimônio no Ippuc, enfrentar o Judiciário e manter o corpo a corpo com os proprietários. “É possível”.

EM TERMOS

Jeferson Dantas Navolar, presidente da CAU

Para o arquiteto — autor do livro *A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba*, o sistema das Uips, tal como foi criado, funcionaria se fosse uma política de estado. “Mas virou negócio, trazendo à tona sua fragilidade jurídica e histórica”, lamenta. Ele se refere à comercialização maciça de potencial construtivo e ao fato de que a lista de Uips não tem justificativas rígidas e claras. “Quantas Uips temos? Virou um mistério”, diz.

CONTINUA

17 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ALERTA

Apesar de “descolada”, política do “cuidar sem tombar” cada vez se mostra menos eficiente.

A lei

A Justiça não entende as unidades de interesse de preservação (Uips) como um tombamento. As defesas têm se escorado no artigo 30, IX, da Constituição, que diz ser competência do município a proteção do patrimônio histórico e cultural “observando a legislação estadual e federal”. “A política curitibana é exótica demais”, diz o advogado Francisco Zardo. Nessas condições, inclusive, a prefeitura não pode nem fazer tombamento compulsório, recurso muito usado em casos extremos.

Os marcos

O “fim anunciado” das Uips teve início em 2006, quando a Construtora Sion ganhou na Justiça o direito de demolir uma casa modernista na Rua Gutenberg. O imóvel era unidade cadastrada. Em 2010, outra vitória – autorização para demolir mansão do engenheiro Mário de Mari, na Avenida Nossa Senhora da Luz, 9.170. Proprietário recusou. Ano passado, Hospital Santa Cruz foi liberado para demolir casas geminadas na Avenida do Batel, 1.859 e 1.969. Há dois novos pedidos em andamento.

A lista

O cadastramento de unidades de interesse é bastante completo. Difícil encontrar um imóvel antigo que não esteja listado. Mas os proprietários se mostram cada vez menos receptivos. Exemplos de Uips desabando não faltam – a exemplo da casa da Rua Comendador Roseira, 440, ou a antiga Casa de Portugal, na Rua Paula Gomes, 325, hoje um mocó no bairro São Francisco.

Ausências

Acusada de muito extensa, a lista de casas cadastradas pela prefeitura, com perto de 600 imóveis, tem apenas meia dúzia de residências de madeira. Trata-se de uma arquitetura típica ameaçada, a exemplo do conjunto do bairro Umbará. O novo presidente do Ippuc, Sérgio Póvoa Pires, afirma que a lista pode ser aumentada, incluindo por exemplo, casas populares, como as mais preservadas da Vida Nossa Senhora da Luz, primeira Cohab do Paraná.

“A prefeitura não ouve os proprietários. Não explica por que aquele bem deve ser preservado.”

Francisco Zardo, advogado que questiona a legitimidade das Uips.

18 FEV 2013

GAZETA DO POVO

BESSA



A vice-prefeita e secretária municipal do Trabalho e Emprego, Mirian Gonçalves (à esq.), com a desembargadora Joeli Machado Camargo (à dir.), coordenadora do projeto Justiça nos Bairros, responsável pelo casamento civil coletivo de 281 casais realizado no sábado.

18 FEV 2013

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Férias de juizes

Todas as profissões têm suas especificidades. Professor, por exemplo, somente pode ministrar quatro aulas consecutivas ou seis intercaladas; radiologistas têm 20 dias de férias a cada seis meses etc. Isso ocorre em razão das particularidades de cada profissão. Se os juizes têm 60 dias de férias, por outro lado não têm FGTS, horas extras, nem a compensação de fins de semana em que ficam de plantão.

Felipe Calvet

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-alimentação

Com desembargadores e servidores com um apetite em crescente aumento, seria de se esperar que a Justiça do Paraná fosse melhorzinha. Talvez o problema seja que, após tanta comida, a hora da *siesta* seja prolongada e tudo fique parado até nossos juizes pegarem seus carros com motoristas pagos com dinheiro público e voltarem ao trabalho. Como o trânsito é ruim, sobra pouco tempo para trabalhar efetivamente e os processos vão se acumulando.

João Augusto Mólani, professor universitário

NOTA POLITICA

Aposentada

A Assembleia Legislativa do Paraná publicou a aposentadoria de Regina Pessuti, mulher do ex-governador Orlando Pessuti (PMDB), no cargo de consultora jurídica. O ato, assinado pelo presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), saiu no Diário Oficial da Assembleia.

AGENDA

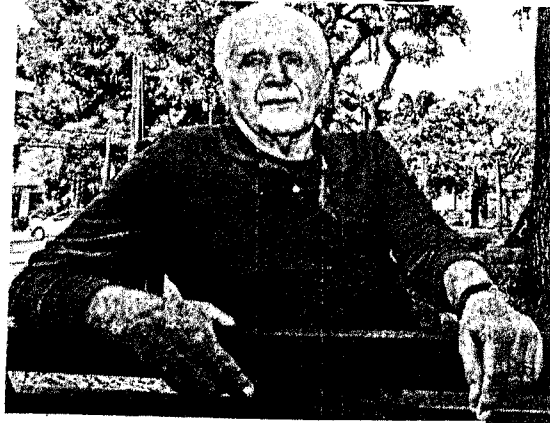
» Na Assembleia Legislativa, os deputados estaduais apreciam a proposta do Ministério Público de criação de 154 novos cargos, sendo 85 efetivos e 69 comissionados.

18 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» CASO SAUL RAIZ

Omissão de hospital é investigada



Prefeito de Curitiba entre 1975 e 1979,

Saul Raiz está internado na UTI em estado estável.

Prefeitura e Ministério Público investigam suposta falha do Hospital São Vicente em atendimento de ex-prefeito baleado em Curitiba

Pollianna Milan

A prefeitura de Curitiba e o Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) começam a investigar a partir de hoje o que levou o Hospital São Vicente a negar atendimento ao ex-prefeito de Curitiba Saul Raiz, 83 anos, baleado em seu carro após tentativa de assalto no sábado à tarde, na Rua Visconde de Nacar, região central da capital paranaense.

Raiz estava dentro de sua caminhonete, observando a fachada de um prédio que está construindo, quando começou a acelerar para ir embora e ouviu um grito de "pare". Ele decidiu seguir adiante. Foi quando o assaltante desfe-

riu tiros contra o veículo do ex-prefeito. Dois tiros atingiram a escápula de Raiz e um, o braço dele.

Raiz continuou dirigindo até o Hospital São Vicente, na Vicente Machado, onde foi atendido pelo manobrista do estacionamento Gerson de Lima. Este colocou Raiz em uma cadeira de rodas e o levou para a entrada do hospital. Em reportagem exibida pela Revista RPC TV, Lima conta que os atendentes do hospital, ao verem Raiz, falaram que não tinham como atender aquela situação. "Nem colocaram a mão nele. Nenhum médico olhou", conta Lima.

Foi então que o manobrista colocou luvas cirúrgicas, levou Raiz baleado de volta para o veículo e, dirigindo o carro, conduziu o ex-prefeito até o Hospital Evangélico. Ali, o político recebeu atendimento. Ele está na UTI e sua saúde é estável. Está consciente e falando com a família.

O sobrinho de Raiz, Mário Fisbein, afirmou que a família não pretende fazer nada con-

tra o hospital, apesar do atendimento negado. Mário disse que Raiz confirma que teria sido levado de cadeira de rodas até o interior do hospital.

A prefeitura, ontem, emitiu nota dizendo que abrirá sindicância para apurar o caso, pois é obrigação do hospital, pelo Código de Ética Médica, "garantir o primeiro atendimento e a estabilização do paciente, para posterior encaminhamento a um hospital com condições de suporte de atendimento. E que esse contato com os hospitais deveria ter sido feito pelo próprio São Vicente, que ficaria responsável pela remoção do paciente em ambulância própria".

O promotor do MP-PR Marco Antonio Teixeira afirmou que será aberta uma investigação para apurar a conduta do hospital. Mas que, de maneira geral, qualquer hospital é responsável por examinar o paciente que chega e encaminhá-lo a outro estabelecimento de forma segura, caso não tenha condições de atendimento.

CONTINUA

18 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Hospital nega falha em socorro

Em nota, o Hospital São Vicente nega que tenha omitido socorro ao ex-prefeito Saul Raiz. Informou que o médico de plantão mandou Raiz seguir para outro hospital porque a entidade não tem pronto-socorro e o tempo de espera por ambulância poderia agravar seu estado de saúde. Raiz, segundo a nota, não teria sequer sido retirado do carro. O médico teria avaliado que o socorro precisava ser feito de maneira rápida. Foi então que o manobrista se prontificou a levar Raiz ao Hospital Evangélico, unidade de atendimento emergencial indicada pelo médico. O Hospital São Vicente relatou que não poderia fazer o atendimento por não ter equipe apta para cuidar de pacientes em condições como estava Raiz. O nome do médico plantonista não é citado na nota.

OPINIAO

Sistema é inflexível e exige demais do paciente

Casos de pessoas em busca de socorro médico a quem é recusado atendimento não são novidade no Brasil. Todo dia alguém recebe um "não" em uma recepção de hospital, às vezes após horas de espera. O caso do ex-prefeito Saul Raiz chama a atenção por se tratar de uma figura pública querida na cidade e pela situação grave em que ele se encontrava: um ho-

mem de 83 anos, ferido a bala, teve que sair em busca de um segundo hospital que lhe desse socorro. É uma experiência assustadora, que poderia ter terminado mal. A repercussão do caso do ex-prefeito tem um aspecto positivo: expõe as falhas do sistema brasileiro, cuja estrutura é fragmentada e burocrática. Ela é inflexível e exige demais do paciente, que precisa saber para quem pedir socorro — mesmo se estiver baleado e sozinho. É uma boa hora para discutir a frieza e ineficiência desse sistema.

BESSA

Como ajuda do Big Brother

A polícia tem imagens de câmeras de segurança próximas do local onde o ex-prefeito de Curitiba Saul Raiz foi baleado durante assalto no final da tarde do último sábado. As investigações, conduzidas pela Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, estão adiantadas, segundo o delegado geral da Polícia Civil, Marcus Michelotto. Ele espera esclarecer o crime ainda nesta semana.

Longe das câmeras

O ex-prefeito Saul Raiz é um homem discreto e de hábitos simples. Costumeiramente é visto a pé fazendo o trajeto entre seu apartamento, no Bigorrião, e o comércio local. Outro lugar onde costuma ser visto com frequência é um conhecido restaurante a quilômetro do Batel.

18 FEV 2013
GAZETA DO POVO
GEROLDO AUGUSTO HAUER
STJ confirma: novo
Código Florestal não
anistiou infratores

ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO HAUER – G A HAUER
ADVOGADOS ASSOCIADOS,
sócio fundador geroldo@
gahauer.com.br

Logo após a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto que revogava o Código Florestal de 1965 e seguia para sanção presidencial, expusemos nesta coluna nossa opinião no sentido de que o texto aprovado tinha o claro intuito de oportunizar aos produtores a regularização de suas atividades, tirando-os da ilegalidade. O objetivo, portanto, ao contrário do que amplamente se propagava na mídia em geral, não era anistiar desmatadores ou incentivar o desmatamento, mas sim trazer a norma à realidade, para que não permanêssemos com um lindo texto de lei na gaveta e sua total inobservância na prática.

O texto legal foi sancionado pela Presidência da República e, logo após, parcialmente modificado por meio de medida provisória. De qualquer maneira, as normas atinentes à regularização de empreendimentos que já haviam sofrido imposição de penalidades permaneceram praticamente sem alterações com relação ao texto original. O que muitos chamam de "anistia" é, em verdade, medida de conversão de penalidades em serviços em prol do meio ambiente.

Segundo o novo Código Florestal, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão, no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação do novo Código, prorrogável por uma única vez, por igual período, implantar Programas de Regularização Ambiental - PRAs de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las às novas regras. O imóvel rural deverá ser inscrito no Cadastro Ambiental Rural - CAR para que possa aderir ao PRA. Será assinado um Termo de Compromisso - TC pelo proprietário rural, suspendendo-se as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

O PRA terá natureza de título executivo, ou seja, o cumprimento das obrigações nele assumidas poderá ser exigido judicialmente, sob pena de voltar a ser imposta a multa ou outra penalidade cuja exigibilidade se encontrava suspensa em razão da assinatura do Termo de Compromisso. Trata-se, como se vê, de medida de conversão de penalidades em serviços em prol do meio ambiente e não de simples anistia.

Isso foi recentemente confirmado pelo Superior Tribunal de Justiça, órgão máximo para efeitos de análise e interpretação da legislação infra-

constitucional. Ao analisar recurso interposto por proprietário rural do Paraná contra cobrança de multa imposta pelo Ibama em decorrência de ocupação e exploração irregulares de APP - Área de Preservação Permanente, anteriores a julho de 2008, o STJ decidiu que, diferentemente do que se alegava no recurso, no novo Código Florestal não se encontra a anistia universal e incondicionada, que pudesse extinguir ou apagar os efeitos dos atos ilícitos praticados anteriormente a 22 de julho de 2008. Esclareceu o Ministro Herman Benjamin, em seu voto, que "o art. 59 mostra-se claríssimo no sentido de que a recuperação do meio ambiente degradado nas chamadas *áreas rurais consolidadas* continua de rigor. Para tanto, ordena que essa prescrição se realize por meio de *procedimento administrativo* no âmbito de Programa de Regularização Ambiental - PRA", conforme anteriormente exposto.

No mesmo voto, acompanhado pela unanimidade dos demais Ministros integrantes da Segunda Turma do STJ, infere-se que "a regra geral é que os autos de infração lavrados continuam plenamente válidos, intangíveis e blindados, como *ato jurídico* perfeito que são - apenas sua *exigibilidade monetária* fica suspensa na esfera administrativa, no aguardo do cumprimento integral das obrigações estabelecidas no PRA ou no TC".

CONTINUA

18 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Com isso, o STJ confirma seu posicionamento no sentido de que, diante de conflito intertemporal de normas ambientais, o direito aplicável é o então vigente à época dos fatos, não sendo permitido aplicar norma superveniente com a finalidade de validar ato praticado sob as regras de legislação anterior que, expressamente, contrariou a lei então vigente.

Em suma, o novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, assim como não pode reduzir o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção sem as necessárias compensações ambientais. Esta é a posição atual do STJ.

(Colaboração: Fabiana Atallah, G. A. Hauer & Advogados Associados)

18 FEV 2013

GAZETA DO POVO

ANDRÉ GONÇALVES

Nos corredores

Vargas presidente

Acabou ontem a interinidade de dez dias do paranaense André Vargas (PT) como presidente da Câmara. Recém-eleito vice-presidente da Casa, ele assumiu o cargo durante o período em que Henrique Eduardo Alves (PMDB) viajou pelos Estados Unidos.

Dois dias de poder

Na prática, Vargas exerceu o cargo em Brasília por apenas dois dias. Ele aproveitou a quinta e sexta-feira da semana passada para se encontrar com os presidentes do Superior Tribunal de Justiça, Félix Fischer, e do

Tribunal Superior Eleitoral, Carmen Lúcia.

TRF no Paraná

Vargas conversou com Fischer sobre a possibilidade de criação de um novo Tribunal Regional Federal no Paraná. Segundo ele, o ministro, que também é paranaense, disse que deve finalizar nos próximos dez dias um estudo sobre a proposta. Ainda não se sabe se o melhor caminho é votar uma proposta de emenda constitucional sobre o tema, que já está em andamento no Congresso, ou encaminhar um projeto de lei originário do STJ.

CURSO

Extensão Direito Penal econômico transnacional

- » **DATA:** de 25 de fevereiro a 1.º de março (às 19h30 – matrículas abertas).
- » **ORGANIZAÇÃO:** Academia Brasileiro de Direito Constitucional (ABDConst) e Grupo de Pesquisa Modernas Tendências do Sistema Criminal.
- » **LOCAL:** Academia Brasileira de Direito Constitucional. Rua XV de Novembro, 964, 2º andar – Centro.
- » **INFORMAÇÕES:** (41) 3024-1167 ou 3027-1167 ou francisco@rochallima.com ou leandro.af@hotmail.com

16 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Feminismo como estratégia

ALEXANDRE VIDAL PORTO

Violência contra mulheres é injustificável. Aceitá-la com naturalidade é criminoso. É agredir por omissão

EM CERTOS círculos, nas maiores cidades do mundo, o feminismo andava meio fora de moda. Acusavam-no de ter envelhecido e se tornado irrelevante. Achava-se que a igualdade entre homens e mulheres já era dado da realidade e não mereceria mais apoio político específico.

A menção ao conceito evocava o estereótipo da mulher raivosa queimando sutiã na rua. As feministas militantes eram tratadas com desprezo e condescendência (“ai meu Deus, lá vem aquela chata de novo...”).

Não é de se estranhar que, na Inglaterra, no ano passado, apenas 8% das mulheres entre 20 e 24 anos se considerassem feministas.

O feminismo a que me refiro consiste em uma ampla coleção de ideologias, de variadas vertentes, cada uma com visões e estratégias próprias. No entanto, por mais diversas que possam ser, todas essas ideologias feministas se articulam a partir da noção comum de que a desigualdade entre homens e mulheres é inaceitável e deve ser combatida.

Ainda que, em termos globais, a condição relativa das mulheres tenha evoluído substancialmente nos últimos 50 anos, a desigualdade entre os sexos continua a se manifestar tanto em termos de direitos abstratos quanto em termos muito concretos de violência e ameaça física.

De acordo com a ONU, uma em cada três mulheres será vítima de estupro ou espancamento ao longo da vida. Em alguns países, essa proporção chega a sete em cada

dez. Nos Estados Unidos, por exemplo, três mulheres são assassinadas todos os dias por seus parceiros. E nunca é demais lembrar que, enquanto você lê esta coluna, há meninas sendo trocadas por carneiros no Afeganistão.

Para essas mulheres, o exercício do feminismo não é uma questão de moda. É uma estratégia de sobrevivência. Não é um feminismo de universidade.

É um feminismo de necessidade, que deixa nítidas a importância e a atualidade da luta das mulheres contra o abuso físico, moral e legal que sofrem cotidianamente.

Negar a relevância dessa luta reflete irresponsabilidade social e falta de solidariedade humana. A violência contra as mulheres é injustificável. Aceitá-la com naturalidade é criminoso. É agredir por omissão.

Desde que uma estudante indiana foi brutalizada e morta por um grupo de homens em Nova Délhi, em dezembro passado, manifestações feministas começaram a pulular ao redor do planeta. Como em um mecanismo de contágio, mulheres saíram às ruas no Egito, no Paquistão e na Ucrânia para exigir maior proteção legal e a ampliação de seus direitos.

Na quinta-feira passada, 14 de fevereiro, eventos pelo fim da violência contra a mulher tiveram lugar em 190 países. A igualdade de gênero não é um dado da realidade

humana, e sim um privilégio raro, que a maioria das mulheres do mundo só conquistará por meio da mobilização política.

Essas mulheres e seus aliados defendem uma causa justa e precisam de ajuda. Os governos que abraçam e promovem princípios democráticos devem apoiá-los incondicionalmente.

É o correto a fazer.

ALEXANDRE VIDAL PORTO é escritor e diplomata. Este artigo reflete apenas as opiniões do autor

16 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Adams espera do STF decisão 'sensível' no caso dos vetos

Ministro pede que Supremo reavalie
liminar de Fux para evitar prejuízos

**Chefe da AGU propõe a
adoção de novo sistema
de análise dos vetos
para evitar uma revisão
de questões antigas**

O ministro Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) afirmou ontem que espera uma "decisão rápida" e "sensível" do plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a votação dos vetos presidenciais pelo Congresso.

Adams enviou anteontem uma ação ao STF pedindo que seja reavaliada a decisão do ministro Luiz Fux determinando a votação em ordem cronológica dos 3.060 vetos que estão no Congresso. A liminar impediu que o veto de Dilma à Lei dos Royalties fosse votado no ano passado.

O governo defende que seja estabelecido um novo sistema de análise dessas matérias para os vetos editados nos últimos 30 dias e argumenta que, se as medidas forem derrubadas, podem gerar um rombo de R\$ 471 bilhões aos cofres públicos.

O maior prejuízo seria a revisão do crédito tributário do crédito prêmio do IPI, aprovado em 2010 por medida

provisória. Se caísse, geraria impacto de R\$ 280 bilhões.

Também há vetos sobre renegociação de débitos tributários e previdenciários, fator previdenciário e Código Florestal, entre outros.

Adams demonstrou confiança na revisão da decisão de Fux: "Eu acho que o Supremo sempre mostrou sensibilidade nessas questões, em todas as questões. Eu não vejo que nesse caso será diferente", disse, após reunião com a ministra Rosa Weber.

Na próxima semana ele deve conversar com Fux, com o presidente do STF, Joaquim Barbosa, e com outros ministros. Para ele, só uma decisão do plenário do STF trará "segurança jurídica".

Adams disse que o governo quer evitar a análise do Orçamento antes disso, "porque o Orçamento pode ser objeto de impugnação judicial".

16 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Sobrinha de Barbosa é demitida do Senado após críticas a Renan

O Senado demitiu uma sobrinha do presidente do STF, Joaquim Barbosa, e uma colega dela por terem postado em uma rede social uma crítica ao presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL).

As duas, que eram estagiárias do Senado, compartilharam no Facebook a foto de um rato que dizem ter encontrado na gráfica da instituição com a legenda: “E a gente achou que o único problema aqui fosse o Renan Calheiros”.

O Senado confirmou a demissão das duas jovens. Em nota, informou que agiu “de acordo com as normas vigentes ao tomar conhecimento de um ato de indisciplina”.

Segundo a Casa, as duas postaram as fotos no horário de trabalho “usando ferramentas de trabalho”, o que diz ser uma infração às regras do estágio. O Senado tem cerca de 500 estagiários. O caso foi revelado pelo jornal “Correio Braziliense”.

Ariadna Barbosa Gomes Oliveira é filha de uma irmã do ministro Joaquim Barbosa. Ela estagiava na secretaria de Recursos Humanos, que fica nas mesmas dependências da gráfica. A **Folha** não conseguiu localizá-la. A assessoria do ministro disse que ele não irá comentar o assunto.

Segundo Laura Meirelles, a outra estagiária, a crítica foi feita em forma de protesto, uma vez que, de acordo com ela, o lugar está cheio de “ratos de verdade”.

Ela afirma também que as fotos foram postadas do celular e não do computador do Senado e no horário de trabalho porque o rato foi encontrado durante o expediente.

A demissão, detalha ela, ocorreu após a convocação de uma reunião. Segundo a ex-estagiária, ela e a colega não sabiam que era proibido publicar críticas na internet.

DEMISSÃO

A assessoria de Renan disse que o peemedebista soube do fato após a demissão das duas estagiárias e que não comentaria o ocorrido. A **Folha** apurou que Renan cobrou da direção do Senado o fato de não ter sido comunicado antes da decisão. Mas concordou com as demissões.

Não é a primeira vez que ratos e insetos aparecem nas dependências da Casa. No local, já foram encontrados gambás e ratazanas mortos.

Renan está sendo alvo de críticas. Um abaixo assinado com pedido para que ele se afaste do Senado já tem mais de 1,4 milhão de assinaturas.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN 16 FEV 2013

Ética entre bandidos

SÃO PAULO—Traição. Para Shakespeare, ela é pior que o assassinato. Já Dante reservou o nono e mais baixo círculo do inferno para punir os que se voltaram contra sua própria nação, família, amigos ou grupo. Ali, são submetidos a torturas excruciantes —e por toda a eternidade.

E, fora da literatura, traições são tratadas de forma ainda mais dura. Nesse contexto, é compreensível que o instituto da delação premiada, que não deixa de ser uma forma de deslealdade, não goze da melhor das reputações. Como mostrou a **Folha**, há até mesmo advogados de defesa que recusam potenciais clientes que pretendam fazer um acordo com a Justiça. Ou eles ficam com a boca fechada, ou procuram outro defensor.

É incomum que tarimbados profissionais do direito rejeitem de antemão o que pode ser, em certos casos, a mais efetiva estratégia de defesa. Minha hipótese para o fenômeno é que a repulsa à ideia de traição é tão visceral que, às vezes, obnubila um exame mais judicioso do caso.

Deve-se reconhecer que a delação premiada é uma ferramenta valiosa demais para ser desprezada apenas com base em impulsos emocionais. Hoje, com quadrilhas que operam como se fossem empresas altamente organizadas, com estruturas hierárquicas que preservam a cúpula de sujar as mãos, informações que venham de dentro podem ser a única forma de chegar aos chefões.

É certo que a delação premiada envolve questões complicadas. A mais óbvia é que, para safar-se ou ter sua pena reduzida, o suposto meliante arrependido diga o que as autoridades queiram ouvir, mesmo que não corresponda à verdade. É preciso realmente ter preocupação com esse tipo de problema e tentar aperfeiçoar a legislação para dar conta das dificuldades, não abandoná-la.

Embora a simples perspectiva de o poder público estimular a delação cause ojeriza, cabe lembrar que não está entre os objetivos do Estado incentivar a ética entre bandidos.

16 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PELO AMOR DE DEUS

A demora no julgamento de Gil Rugai, marcado para segunda, 18, após dois adiamentos a pedido da defesa, irritou tanto o Ministério Público que o promotor Rogério Zagallo, em documento do processo, reivindicou empenho para o júri ocorrer “pelo amor de Deus!!!!!! [...] antes da Copa do Mundo de 2014... ou da Olimpíada de 2016”. O crime ocorreu em março de 2004.

NA RUA

“Gil Grego Rugai matou seu pai e sua madrasta, e eu quero ter o direito de demonstrar —e o farei— em plenário”, afirmou Zagallo. Rugai nega a autoria. Sua defesa diz ser favorável à realização imediata do júri para provar a inocência do réu. “É uma questão de leis da física: o Gil não estava na casa no horário das mortes”, diz o advogado Thiago Anastácio.

17 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO
**Parlamentar
do Brasil é o
2º mais caro
do mundo**

Verba para contratar assessores pesa nas despesas; só EUA gastam mais

Estudo da ONU com dados de 110 países revela que o congressista brasileiro é o segundo mais caro do mundo. Cada parlamentar do país (513 deputados e 81 senadores) custa para os cofres públicos US\$ 7,4 milhões por ano, valor só superado pelos EUA (R\$ US\$ 9,6 milhões), relata **Paulo Gama**.

A pesquisa foi feita em parceria com a UIP (União Interparlamentar).

Além de salários e benefícios, o levantamento considera verbas a que cada congressista tem direito.

No Brasil, um deputado recebe R\$ 78 mil para contratar até 25 assessores. Na França, por exemplo, tem R\$ 25 mil para financiar, no máximo, cinco auxiliares.

Assessores da Câmara ponderam que a legislação exige uma produção maior dos congressistas.

17 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Congressista brasileiro é o 2º mais caro entre 110 países

Dados de estudo da ONU mostram custo anual de US\$ 7,4 mi por parlamentar

Deputados e senadores do Brasil só ficam atrás dos norte-americanos; valores são balanceados pelo custo de vida local

O congressista brasileiro é o segundo mais caro em um universo de 110 países, mostram dados de um estudo realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) em parceria com a UIP (União Interparlamentar).

Cada um dos 594 parlamentares do Brasil — 513 deputados e 81 senadores — custa para os cofres públicos US\$ 7,4 milhões por ano.

Para permitir comparações, o estudo usa dados em dólares, ajustados pela paridade do poder de compra — um sistema adotado pelo Banco Mundial para corrigir discrepâncias no custo de vida em diferentes países.

O custo brasileiro supera o de 108 países e só é menor que o dos congressistas dos Estados Unidos, cujo valor é de US\$ 9,6 milhões anuais.

Com os dados extraídos do estudo da ONU e da UIP, a **Folha** dividiu o orçamento anual dos congressos pelo número de representantes — no caso de países bicamerais, como o Brasil e os EUA, os da-

dos das duas Casas foram somados. O resultado não corresponde, portanto, apenas aos salários e benefícios recebidos pelos parlamentares.

Mas as verbas a que cada congressista tem direito equivalem a boa parte do total. No Brasil, por exemplo, salários, auxílios e recursos para o exercício do mandato de um deputado representam 22% do orçamento da Câmara.

Entre outros benefícios, deputados brasileiros recebem uma verba de R\$ 78 mil para contratar até 25 assessores. Na França — que aparece em 17º lugar no ranking dos congressistas mais caros — os deputados têm R\$ 25 mil para pagar salários de no máximo cinco auxiliares.

Assessores da presidência da Câmara ponderam que a Constituição brasileira é recente, o que exige uma produção maior dos congressistas e faz com que eles se reúnam mais vezes — na Bélgica, por exemplo, os deputados só têm 13 sessões por ano no plenário. No Brasil, a Câmara tem três sessões deliberativas por semana.

No total, as despesas do Congresso para 2013 representam 0,46% de todos os gastos previstos pela União. O percentual é próximo à média mundial, de 0,49%.

Em outra comparação, que leva em conta a divisão do orçamento do Congresso por habitante, o Brasil é o 21º no ranking, com um custo de cerca de US\$ 22 por brasileiro. O líder nesse quesito é Andorra, cujo parlamento custa US\$ 219 por habitante.

O estudo foi publicado em 2012, com dados de 2011. O Brasil não consta no documento final porque o Senado atrasou o envio dos dados, que foram padronizados nos modelos do relatório e repassados à **Folha** pela UIP.

Ao todo, a organização recebeu informações de 110 dos 190 países que têm congresso. Alguns Estados com parlamentos numerosos, como a Itália, não enviaram dados.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 FEV 2013

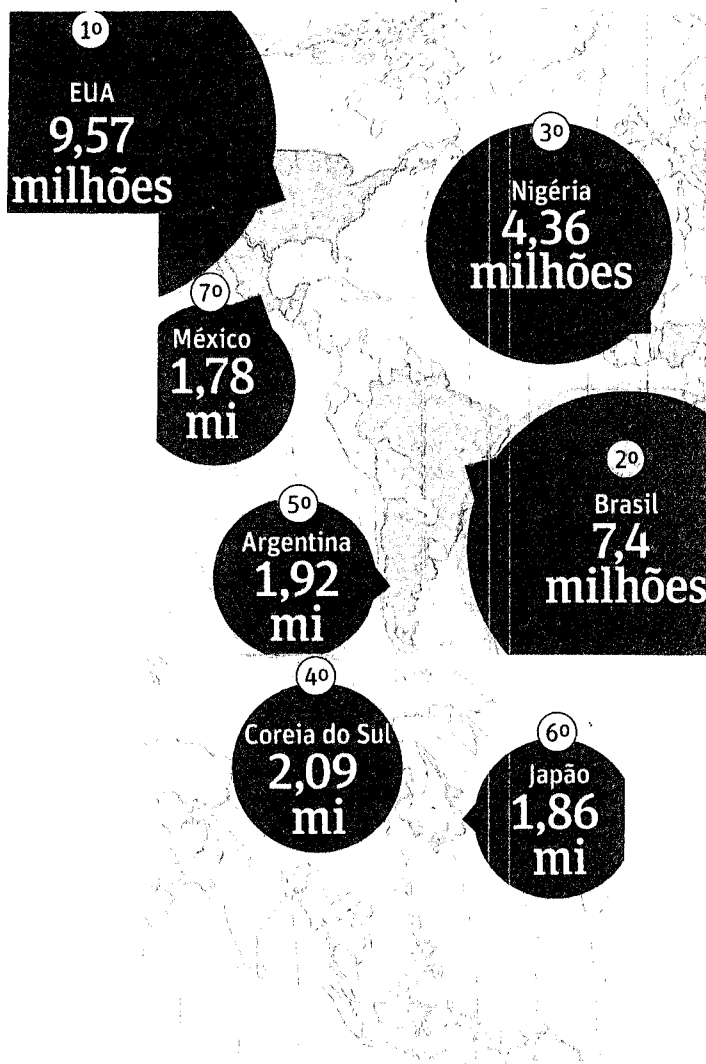
CUSTO ANUAL DE CADA UM, EM US\$ PPP*

Valor do Orçamento total de cada Casa, dividido pelo número de congressistas

OS CONGRESSISTAS MAIS CAROS DO MUNDO

Cálculo feito pela **Folha** com dados de parceira da ONU mostra

parlamentar brasileiro como o 2º mais custoso



BENEFÍCIOS DE UM DEPUTADO NO BRASIL

- Salário **R\$ 26,7 mil**
- Auxílio-moradia **R\$ 3 mil**
- Verba de gabinete **R\$ 78 mil**
(para pagar até 25 assessores)
- Cota para exercício do mandato **R\$ 34,2 mil**
(para despesas com passagens, combustível, telefone etc.)
- 14º e 15º salários **R\$ 26,7 mil cada**

	Nº de congressistas	Orçamento em US\$ PPP
EUA	535	5,1 bi
Brasil	594	4,4 bi
Nigéria	469	2 bi
Coreia do Sul	299	625 mi
Argentina	329	630 mi
Japão	722	1,3 bi
México	628	1,1 bi

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 FEV 2013

ANÁLISE ROGÉRIO SCHMITT

Gastos do Congresso seguem lógica de todo o setor público

Todo pesquisador rigoroso tem o cuidado de estabelecer limites para o alcance de suas análises. Estes limites decorrem da natureza dos dados. Este é o caso do relatório da União Interparlamentar. O ideal seria que dispuséssemos de uma série histórica para identificar padrões duradouros. Ou que os custos estivessem calculados como proporção do PIB do país.

O fato é que não podemos escapar da constatação de que o nosso Congresso é um dos mais caros do mundo. No ranking dos custos por parlamentar, ganhamos a medalha de prata. No ranking dos custos por habitante, ocupamos a 21ª posição.

Mas vale destacar que não é só o Congresso Nacional que é caro. O setor público brasileiro inteiro é dispendioso. A regra vale para os três Poderes da República e para os três níveis da Federação. Nosso setor público como um todo gasta muito e gasta mal.

Por outro lado, dois fatores parecem estar correlacionados aos custos do Congresso.

O primeiro é o elevado número de funcionários e aposentados na folha de pagamentos, que deve ser da mesma magnitude do Congresso americano (16 mil pessoas). A boa notícia é que entrou em funcionamento o novo fundo de pensão do setor público,

que deve reduzir gradualmente o deficit previdenciário.

O segundo fator é o número de dias com sessões plenárias no ano (160 em 2012). O Congresso brasileiro é o 5º que mais vezes se reúne para votar leis. Este dado é virtualmente ignorado pelos cidadãos. Ao contrário, gostamos de exigir que o Congresso se reúna cinco dias por semana sem saber que isso talvez elevasse ainda mais seus custos.

A redução das despesas no Congresso é necessária. Do ponto de vista da gestão, a questão parece já estar melhor encaminhada no longo prazo. Do ponto de vista político, tendo em vista a sua já baixa popularidade, valeria a pena para a democracia brasileira ter um Congresso mais barato — mas que se reunisse menos vezes por ano?

ROGÉRIO SCHMITT é consultor político e doutor em ciência política.

17 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Julgamento decide quem leva herança de R\$ 22 milhões

Lista de bens inclui casa, avião, barco, carros e motos, que serão partilhados entre as famílias Rugai e Troitino

Acusação diz que está 'convencida' da culpa de Gil; defesa pretende criticar investigação e mostrar provas no júri

O resultado do julgamento que começa amanhã será decisivo para a partilha da herança do casal Luiz Carlos Rugai e Alessandra Troitino, estimada em R\$ 22 milhões em valores atualizados.

Além da casa de aproximadamente 1.000 m², onde aconteceu o crime, na rua Atibaia, em Perdizes (zona oeste), a lista de bens tem um avião pequeno, um barco, três carros —incluindo um Mercedes-Benz 1996 e um modelo raro, um Dodge Fargo 1947— e três motos —sendo uma Harley-Davidson 2001.

Eles fazem parte de um levantamento preliminar feito pelos advogados de acusação em 2005. Luiz Carlos e Alessandra também tinham dinheiro aplicado em bancos.

De acordo com a acusação, se for inocentado, Gil dividirá com o irmão mais novo, Léo, o equivalente a 50% dos bens. A outra metade irá para a família de Alessandra.

Mas, caso seja condenado, Gil perde todos os direitos. A fortuna, então, seria partilhada igualmente entre Léo e os parentes de Alessandra.

Repousando as mãos sobre um processo que reuniu 28 volumes e 8.000 páginas — em média, um processo acumula um volume e meio aproximadamente—, o promotor Rogério Zagallo se diz “absolutamente convencido” de que Gil foi o autor do crime.

“Às vezes, a investigação policial gira em um sentido, o Ministério Público em outro e a magistratura em outro ainda. Mas não é o caso aqui. Há uma somatória de circunstâncias invencíveis —antes, durante e depois do crime”, afirma Zagallo, 43.

Ele diz que foi bem-sucedido em 90% dos cerca de 1,2 mil processos em que atuou em 21 anos de experiência.

A defesa é representada pelos advogados Marcelo Feller, 26, e Thiago Anastácio, 32. Eles dizem ter encontrado inúmeras incoerências na investigação policial e reunido provas suficientes que inocentam Gil.

“A coisa completa fede, e isso vai ficar comprovado no julgamento”, diz Feller, sócio do escritório de Alberto Toron, um dos principais criminalistas do país. “Os jurados dirão se o trabalho apresentado é adequado para condenar o Gil ou não”, acrescenta.

Para o jurista e professor

Luiz Flávio Gomes, “Gil já entra no julgamento condenado porque a população não perdoa esse tipo de crime”. Mas ele, segundo Gomes, terá mais espaço para dar sua versão. “Ele não é o protótipo do pobre marginalizado. Isso favorece o réu.”

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 FEV 2013

INOCENTE OU CULPADO?

Debata sobre legitimidade das provas levadas pela acusação e pela defesa promete esquentar o julgamento, que deve começar amanhã

1)

HORÁRIO DO CRIME

> Não há consenso sobre o momento exato em que os disparos foram dados. A polícia foi acionada às 22h14. Gil esteve na casa de uma amiga até as 21h. Depois, teria ido ao shopping Frei Caneca, mas

as filmagens do circuito interno foram deletadas. A única prova documental é o telefonema feito por Gil de seu escritório nos Jardins, às 22h12, convidando uma amiga para jantar

> PROMOTORIA

Não há unanimidade entre as testemunhas ouvidas - vizinhos e vigias. O crime teria ocorrido entre 21h e 21h30. Os cachorros da casa não latiram, o que leva a crer que estavam familiarizados com o assassino

> DEFESA

Às 21h54, um vizinho teria telefonado para a guarita do vigia da rua perguntando sobre o barulho da primeira sequência dos disparos, o que dá a entender que a morte de Alessandra (mulher de Luiz Carlos) teria ocorrido por volta desse horário

2)

DEPOIMENTO DO VIGIA

> Domingos Ramos Oliveira de Andrade, que estava na guarita a 83 metros da porta dos fundos da casa, por onde supostamente o assassino entrou, primeiro afirmou não ter visto ninguém e, em um segundo

depoimento, disse ter visto Gil e outro indivíduo saindo da casa. No decorrer da investigação, sua guarita foi incendiada. Domingos esteve por vários anos sob o programa de proteção às testemunhas

> PROMOTORIA

Domingos afirmou em juízo que "se ele [Gil] é capaz de matar o pai, vai me matar também". Só se sentiu à vontade para testemunhar após receber o apoio do programa de proteção

> DEFESA

O outro guarda da rua, que estava a 10 metros da casa, disse não ter notado movimento. Domingos agiu sob coação dos investigadores policiais

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 FEV 2013

3

DESFALQUE

> Gil trabalhava no departamento financeiro da empresa do pai, uma produtora de vídeo que funcionava no mesmo imóvel onde ele vivia com

a mulher. Foi demitido dez dias antes, sob a suspeita de desviar verbas por meio de superfaturamento e falsificação de cheques

> PROMOTORIA

O desfalque teria sido de R\$ 100 mil. Gil e o pai teriam tido uma discussão forte cinco dias antes do crime. O pai reforçou a segurança, mas esqueceu de trocar a fechadura da porta dos fundos, por onde o assassino entrou.

> DEFESA

Gil assinava os cheques com o conhecimento do pai. As brigas entre os dois eram recorrentes, tanto que o pai já teria demitido e readmitido o filho diversas vezes. O contador da firma disse que não houve desfalque.

CURIOSIDADES

PROCESSO GRANDE

> Com mais de nove anos de duração, o processo acumulou mais de 28 volumes e 8.000 páginas. Em média, um processo acumula um volume e meio aproximadamente.

O CASAMENTO DO JUIZ E DA PROMOTORA

> A promotora do caso, Mildred de Assis Gonzales, casou-se com o juiz Cassiano Ricardo Zorzi Rocha, em 2010, no decorrer do processo. Ambos abriram mão do caso. Para o procurador que fez a denúncia, os rumos do processo foram decididos "sob os lençóis da cama".

4

A ARMA DO CRIME

> Gil trabalhava com o pai, mas também tinha uma produtora própria, que funcionava nos Jardins. Os policiais descobriram um catálogo de armas em seu quarto. Gil também fez um

curso de tiro. Envolvida em um saco plástico, a arma do crime foi encontrada cerca de 400 dias depois, supostamente na tubulação do prédio de seu escritório

> PROMOTORIA

A arma foi submetida a exame e confrontada com as cápsulas encontradas no local do crime, e o resultado não deixa dúvidas. Foi encontrada também uma cápsula igual no quarto de Gil

> DEFESA

O catálogo era de armas de chumbinho. A arma do crime foi descoberta por um carroteiro, contratado pelo zelador do prédio de maneira fortuita. Não há segurança sobre o local onde foi encontrada.

A MALA DO FIM DO MUNDO

> Segundo seu ex-sócio, Gil teria preparado uma "mala do fim do mundo", que teria armas e ácido. A mala nunca foi encontrada. Sobre a descoberta de artefatos nazistas no quarto de Gil, a defesa diz que ele teria participado de uma aula sobre a Segunda Guerra, quando estudava no colégio São Bento.

18 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Injustiça nas férias

A cúpula do Judiciário ensaia reduzir as férias dos magistrados dos atuais 60 dias para 30. Mais uma vez, pode-se antecipar forte reação corporativa contra o projeto. Pelo menos desde a Constituição de 1988 fala-se em acabar com o privilégio, mas há 25 anos os juízes resistem às investidas.

A benesse é difícil de sustentar, em termos econômicos como de igualdade republicana. Às férias dobradas se somam regalias como 12 dias de recesso no fim do ano e alguns feriados exclusivos — os dias da Justiça, do Advogado e do Servidor Público.

Resultado, nas contas de Joaquim Falcão, professor de direito constitucional da Fundação Getúlio Vargas (RJ): o magistrado trabalha, em geral, cerca de 20% a menos que um servidor público e cerca de 30% a menos que um trabalhador de carteira assinada na iniciativa privada.

O fim dos 30 dias sobressalentes produziria 2 milhões de sentenças adicionais por ano — incremento de quase 10% no total de decisões.

As associações de classe que vêm a público defender a vantagem costumam justificá-la afirmando que a categoria lida com questões complexas e de grande impacto na vida dos jurisdiciona-

dos, o que produz muito estresse. Dizem ainda que, frequentemente, levam trabalho para casa, o que torna suas jornadas reais muito maiores que as previstas em lei.

São argumentos pouco convincentes. Magistrados não são a única categoria profissional que toma decisões graves. Neurocirurgiões, por exemplo, também executam operações complexas e com enorme potencial de dano, mas nem por isso fazem jus a férias em dobro.

Raciocínio análogo vale para a extensão doméstica da jornada. No mundo contemporâneo, marcado pela hiperconcorrência e por novas tecnologias que levam o escritório à casa das pessoas, muitos dos que exercem cargos de comando ou executam tarefas criativas estão imersos no trabalho por períodos bem mais extensos do que está previsto na legislação.

É claro que apenas reduzir as férias dos magistrados não vai resolver o problema da morosidade e da ineficiência do Poder Judiciário, mas não há dúvida de que traria algum avanço.

Seria, além disso, uma demonstração importante de que a Justiça brasileira conseguiu superar o corporativismo e foi capaz de pôr fim a uma sinecura cara e antirrepublicana que a beneficiava.

18 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Repórter volta a trabalhar após deixar o país por ameaça de morte

DE CURITIBA - O jornalista Mauri König, repórter do jornal paranaense "Gazeta do Povo", volta a trabalhar hoje depois de dois meses fora do país devido a ameaças de morte.

Ele coordenou reportagens, publicadas no ano passado, sobre irregularidades na Polícia Civil do Paraná. A série foi finalista do prêmio Esso Regional Sul de 2012.

Em dezembro, ligações feitas à redação do jornal informaram que havia um plano para que a casa do profissional fosse metralhada.

König, que é diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), passou dois meses no Peru, bancado pelo jornal e por duas organizações de imprensa— o Instituto Prensa y Sociedad e o Comitê para a Proteção dos Jornalistas. Sua família também saiu da cidade.

Por enquanto, o repórter deverá ficar afastado da cobertura da área de segurança pública. As ameaças ainda estão sob investigação.

De acordo com o promotor Leonir Batisti, os autores das ligações ainda não foram identificados.

18 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Julgamento de Gil Rugai começa hoje em SP

**Acusação diz ter provas que incriminam o
ex-seminarista pela morte do pai e da madrasta**

Está previsto para começar hoje no Fórum da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo, o julgamento de Gil Rugai, principal suspeito da morte de seu pai, o empresário Luiz Carlos Rugai, e de sua madrasta, Alessandra Troitino.

O crime ocorreu em março de 2004, na casa da família em Perdizes, zona oeste. A expectativa da acusação é que o júri condene o ex-seminarista a uma pena de 30 anos.

O advogado da família de Troitino, Ubirajara Mangini, teme que a defesa execute uma manobra para adiar o júri mais uma vez --advogados de Gil fizeram isso duas vezes, em dezembro de 2011 e março do ano passado.

Os atuais defensores afirmam que vão colaborar para que o julgamento ocorra na data prevista.

Mangini diz ter provas técnicas que colocam Gil Rugai "no local do crime".

Entre os documentos, estariam laudos mostrando que a marca de pé na porta era do jovem e objetos achados no quarto dele, como um estojo compatível com o formato da arma encontrada depois no prédio do escritório de Gil.

"Tenho certeza absoluta da culpa dele e estou seguro sobre a condenação", diz o advogado da família.

Para Mangini, o alibi preparado pela defesa mais confirma a culpa de Gil do que o inocenta. "Ele premeditou tudo para aparentar que teve um dia normal, mas fazendo coisas que não eram da rotina dele."

Gil era "indiferente" a Alessandra, de acordo com o advogado. "Ele não a maltratava nem brigava com ela, mas a ignorava."

No julgamento, a acusação pretende reafirmar que Gil Rugai teve a ajuda de alguém para cometer o crime, mas não deve apontar suspeitos.

A tese é a de que seria difícil para o ex-seminarista cometer o crime e fugir da casa rápido sem o auxílio de uma segunda pessoa.

A acusação descarta que a motivação do crime possa ter sido o interesse dele na herança do casal, estimada em R\$ 22 milhões em valores atualizados. "Ele matou os dois porque o pai descobriu um desvio de dinheiro da empresa", diz Mangini.

16 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninha

Atrasos

A Justiça do Trabalho deu prazo de cinco dias para o Hospital Evangélico se manifestar na ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, mantenedora da instituição de saúde, por causa de diversas irregularidades. A procuradora Patrícia Blanc Gaidex requer a determinação do pagamento dos salários até o quinto dia útil de todos os seus empregados, 13.º salário na forma e prazos legais e remuneração de férias até dois dias antes do início do período de gozo. Além disso, deve conceder férias aos trabalhadores e recolher integralmente as contribuições do FGTS.

18 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Assalto

Político à frente da prefeitura de 1975 a 1979, foge de bandido, leva três tiros, e consegue dirigir até hospital. Porém, manobrista o encaminha a pronto-socorro

Ex-prefeito baleado

Jadson André

Baleado três vezes, em tentativa de assalto, o ex-prefeito de Curitiba Saul Raiz, 83 anos, ainda teve forças para dirigir até o Hospital São Vicente. De lá, foi encaminhado ao Hospital Evangélico, onde está internado na UTI.

Eram por volta das 17h de sábado, quando ele deixava a construção de um de seus imóveis, na Rua Visconde de Nácar, Centro. A caminhonete de Raiz já estava ligada e o bandido, de 1,80 metro, magro, pele clara, armado com um revólver, anunciou o assalto. Segundo a polícia, o ex-prefeito acelerou o veículo, e foi baleado no braço e duas vezes nas costas.

Transferência

Como o São Vicente não conta com pronto-socorro para feridos nem ambulância, segundo nota



Saul Raiz está no Evangélico.

do hospital, o manobrista do estacionamento dirigiu o carro da vítima até o Evangélico. Segundo os médicos, ele estava consciente e o quadro de saúde é estável.

Amigos disseram que Raiz tem um estilo de vida saudável e faz exercícios físicos regularmente, o que lhe teria conferido maior resistência.

Policiais da Delegacia de Homicídios e do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) acompanharam o caso e as investigações devem ficar com a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos.

Vida política

Filho de poloneses, Raiz estudou urbanismo na França. Tornou-se prefeito de Curitiba em 1975, por indicação do governador Jaime Canet Júnior e aprovação dos deputados estaduais da Arena. Ficou no cargo até 1979. Trabalhou na remodelação da cidade durante a gestão de Bento Munhoz da Rocha na década de 1960 e em 1982 se candidatou a governador do Paraná, sendo derrotado por José Richa.

16 FEV 2013

CARTA CAPITAL

Judiciário sem freio De como magistrados dos altos escalões sujam suas togas

O ESFORÇO DO Supremo Tribunal Federal para impor à Câmara dos Deputados a decisão final sobre a cassação dos parlamentares condenados na Ação 470, o chamado “mensalão” petista, é a causa mais aguda e temerária daquilo que os acadêmicos costumam chamar de “judicialização da política”.

Se essa questão gerou uma crise institucional entre o Judiciário e o Legislativo, contida e ainda não resolvida, ela promove também um avanço da intromissão pessoal dos magistrados em causas menores em outras instituições, em iniciativas controvertidas, para dizer o mínimo, como a que é patrocinada agora por Luiz Fux.

O peso da toga de ministro do STF causou grande constrangimento na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio de Janeiro, para onde ele telefonou e falou com os atuais e com os ex-dirigentes da entidade. Pediu a inclusão do nome da filha dele, Marianna, uma jovem advogada de 31 anos, na lista a ser feita pela OAB para preencher vaga de desembargador, no Tribunal de Justiça do Estado, pelo Quinto Constitucional da advocacia.

A vaga será aberta em julho. O ministro, no entanto, trabalha desde já. Parece repetir, em nome da filha, o padrão usado em benefício próprio quando buscou a vaga no STF: a conquista a qualquer preço.

O ritual oficial é comum. A OAB faz uma lista sextupla que é encaminhada ao Tribunal de Justiça. Os desembargadores cortam três nomes e enviam lista triplíce para o governador do estado. Ele faz a escolha.

É preciso lembrar que Sérgio Cabral jogou forte na indicação de Fux ao STF. Por coincidência, dessas que os cristãos costumam atribuir a designios divinos, Fux favoreceu o Rio de Janeiro em liminar que interferiu na pau-

ta da Câmara. A decisão do ministro suspendeu a votação sobre os vetos feitos por Dilma à Lei dos Royalties. Eles seriam derrubados pelos deputados e isso prejudicaria o Rio.

Iniciativas em causa própria, como faz Fux, geram espanto e mancham a toga. E, mais grave, denunciam uma prática utilizada nos tribunais corriqueiramente.

Tarefa semelhante à de Fux tem, também, Felix Fischer, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele batalha para incluir o filho, Octávio, na lista do Quinto da OAB do Paraná. Para isso, também pressiona os dirigentes daquela seccional da OAB.

Do STF ao STJ. Do STJ de volta ao STF.

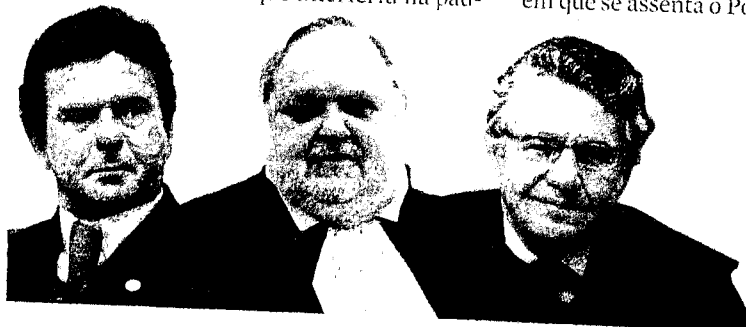
A filha do ministro Marco Aurélio Mello, do STF, foi incluída, no fim de 2012, na lista do Quinto, nesse caso elaborada pelo Conselho Federal da OAB. Ela busca a vaga de desembargadora do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, no Rio de Janeiro.

A escolha será da presidenta Dilma Rousseff.

Em 1998, Carlos Eduardo Moreira Alves, filho do ministro José Carlos Moreira Alves, hoje aposentado, tomou posse como Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pelo atalho de sempre, o Quinto Constitucional. Foi indicado em lista sextupla pelo Ministério Público Federal e, em lista quádrupla, pelo TRF - 1ª Região.

Vista de certo ângulo, a árvore que retrata a Justiça brasileira se assemelha a uma árvore genealógica. A inadequada intromissão dos pais togados citados aqui, seguramente, mostra a falência do sistema de escolha. E isso, neste momento em que o Judiciário perdeu o freio de contenção, revigora a observação do filósofo inglês Francis Bacon (1561-1616), que, aqui, é oferecido à meditação do Congresso Nacional:

“Os juízes são leões, mas leões sob o trono em que se assenta o Poder Político”.



Do barulho.

Fux, Fischer e Mello, especialistas em nepotismo

16 FEV 2013

CARTA CAPITAL

TOGADOS

A escolha

Além da indicação para uma vaga no STF, salvo incidentes, a última que fará até 2014, a presidenta Dilma Rousseff começa o terceiro ano de governo com três vagas para preencher no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a segunda instituição em importância política na hierarquia do Judiciário brasileiro.

No momento, Dilma tem à disposição as vagas abertas no STJ com as aposentadorias dos ministros Cesar Asfor Rocha, Massami Uyeda e, a terceira, com a cadeira vazia do ministro Teori Zavascki, alçado ao STF.

A presidenta talvez seja forçada a descascar mais tarefas espinhosas desse tipo.

Especula-se sobre a aposentadoria antecipada de dois ministros. Um deles é o enaltecido vice-presidente do STJ, Gilson Dipp, internado há quatro meses em São Paulo, com problemas de saúde.

O outro é o ministro Ari Pargendler, que fala em renúncia.

Esse é o tema preferido dos cochichos nas salas, antessalas e corredores do Judiciário. Neles variam os bons e os maus anseios. Felizmente, até agora, não há registro de propostas de envenenamento do cafezinho dos adversários.

OAB PR

15/FEV/2013

Projeto Justiça no Bairro do TJ instala Centro de Atendimento e Conciliação em Curitiba

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Clayton Camargo, oficializa a instalação do Centro de Atendimento e Conciliação do Projeto Justiça no Bairro, no sábado (16). Coordenado pela desembargadora Joeci Machado Camargo, o Projeto que completa 10 anos de funcionamento no próximo mês de março, vai ganhar um espaço próprio de atendimento, na antiga Vara da Família de Curitiba, na Av. Cândido de Abreu, 830 – Centro Cívico, que funcionará de segunda à sexta-feira, das 12h às 19h.

Para dar início aos trabalhos do Centro de Atendimento, no sábado (16) serão realizados atendimentos das 9h às 17h para acolher a população vulnerável economicamente, proporcionando a conciliação por meio de audiências prévias em inúmeras áreas do direito, bem como audiências de conciliação de processos em trâmite na Vara de Família. Durante o evento será atendida também a demanda reprimida na área consensual, com a imediata solução das questões que envolvam os pedidos de Alimentos, Guarda e Responsabilidade, Divórcio, Reconhecimento de Paternidade e de Maternidade, Reconhecimento de União Estável ou Dissolução, DNA, Retificação de Registro Civil e Interdição Judicial.

Alunos da Estácio farão atendimento gratuito à comunidade no Projeto Justiça nos Bairros

Por Bebel Ritzmann

No próximo dia 16, das 9h às 17h, alunos do 8.º ao 10.º período do curso de Direito da Faculdade Estácio irão participar do programa Justiça no Bairro, no Núcleo de Conciliação das Varas de Família de Curitiba. Organizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, nesta edição o projeto irá tratar de questões litigiosas. O objetivo do programa é a prestação de diversos serviços como atendimentos jurídicos e audiências nos processos de assistência judiciária gratuita à comunidade. O projeto, explica a advogada e coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Estácio, Cristiane L. Castro S. Pepes, é realizado na forma de mutirão e permite que o acadêmico tenha contato direto com a comunidade de baixa renda, que não tem condições de arcar com os custos de diversas questões de ordem jurídica. “Isso permite que os alunos vivenciem o dia a dia das Varas de Família, no tocante a realização de audiências e práticas de mediação de conflitos”, diz. O convênio entre o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade Estácio e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) foi oficializado no final de 2009. Segundo Cristiane, todo ano a Instituição participa do projeto e é considerado pelos alunos um verdadeiro exercício de cidadania e solidariedade.

14 /FEV/ 2013

Bem Paraná/Jornal do Estado

Justiça nos Bairros

Dia 16/02, das 9h às 17h, alunos do 8.º ao 10.º período do curso de Direito da Faculdade Estácio irão participar do programa Justiça no Bairro, no Núcleo de Conciliação das Varas de Família de Curitiba. Organizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, nesta edição o projeto irá tratar de questões litigiosas. O objetivo do programa é a prestação de diversos serviços como atendimentos jurídicos e audiências nos processos de assistência judiciária gratuita à comunidade.

O projeto, explica a advogada e coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Estácio, Cristiane L. Castro S. Pepes, é realizado na forma de mutirão e permite que o acadêmico tenha contato direto com a comunidade de baixa renda, que não tem condições de arcar com os custos de diversas questões de ordem jurídica. “Isso permite que os alunos vivenciem o dia a dia das Varas de Família, no tocante a realização de audiências e práticas de mediação de conflitos”, diz.

O convênio entre o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade Estácio e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) foi oficializado no final de 2009. Segundo Cristiane, todo ano a Instituição participa do projeto e é considerado pelos alunos um verdadeiro exercício de cidadania e solidariedade.

Serviço Projeto Justiça nos Bairros Dia: 16/02 (sábado) Horário: das 9h às 17h Local: Núcleo de Conciliação das Varas de Família de Curitiba (Av. Cândido de Abreu, nº 830, Centro Cívico).